



*Ana Sofia Carvalho da Silva*

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM CONTEXTO ÍNTIMO DE NAMORO.  
OLHARES NO FEMININO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

*Domínio do Mestrado: Educação e Exclusão*

2015

Dissertação apresentada, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Ferreira.

“Eu não sou eu nem sou o outro, Sou qualquer coisa de intermédio: Pilar da ponte de tédio

Que vai de mim para o Outro”

Mário de Sá-Carneiro

“Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é

ser livre”

Simone de Beauvoir

## **AGRADECIMENTOS**

Esta é "aquela parte". A dos agradecimentos. A mais fácil de ser feita, de facto.

É a última fase do meu percurso enquanto estudante de Mestrado mas, uma das muitas fases que caracterizará a minha vida. O que quero dizer é que, tudo que sou é derivado a muito que já foi. A muitas pessoas, a muitos lugares, a muitas vivências que construíram variadas memórias que, hoje e sempre, me pertencem.

Quero agradecer ao Professor Pedro Ferreira pela paciência, atenção e generosidade. Sempre atencioso na palavra.

À Filipa Peixoto que me acompanhou nesta viagem e partilhou comigo muitas aventuras e desventuras. Mas, alegrias, principalmente,

Às Aníbalas, que surgiram na melhor altura e a quem agradeço por muitos banquetes de animação, risos e chocolate,

Ao Diogo, sempre incansável e cuidadoso,

Aos amigos de já longa data, Gonçalo Borges e Joana que estiveram sempre presentes, ao Rodrigo que, mesmo longe, sabe estar perto,

Por fim, À cidade do Porto e a todos os encantos que nela habitam.

## *Resumo*

Considera-se violência no namoro uma forma de violência praticada por homens contra mulheres. Constitui um desafio social e global e agrega em si graves consequências. Porquê os homens exercem violência contra mulheres? É uma questão de género legitimada pelo papel do sistema patriarcal.

As propostas teóricas e emancipatórias do Feminismo representam aqui um importante contributo explicativo do objeto de estudo. Será evidenciada a relevância do Iluminismo para a construção de um ideal e o contributo dos grupos de conscientização feminina, criados pelo movimento teórico radical.

Como procedimento de recolha dos dados foi utilizada a discussão focalizada com um grupo de jovens mulheres. Esta escolha justifica-se devido à complexidade de percepções que podem emergir dentro destas dinâmicas de grupo. A análise de conteúdo mostrou-nos que, tentando responder à questão introdutória, convergem algumas opiniões sobre a natureza destas violências. Outra questão, foi a tendência para se desvalorizar a violência no namoro juvenil face a relacionamentos entre casais mais velhos justificando os percursos de uns e de outros.

**Palavras-chave:** Mulheres, violências, namoro, feminismo e conscientização

## *Abstract*

It is considered dating violence a form of violence by men against women. It is a social and global challenge and adds itself serious consequences. Why men exert violence against women? It is a matter of gender legitimized by the role of the patriarchal system.

Theoretical and emancipatory proposals of Feminism represent here an important explanatory contribution of the subject matter. It will be highlighted the relevance of the Enlightenment for the construction of an ideal and the contribution of women's consciousness-raising groups, created by the radical theorist movement.

It was used a focus group method with a group of young women as data collection procedure. This choice is justified because of the complexity of perceptions that may emerge within these group dynamics. Content analysis showed us that, trying to answer the introductory question, some opinions converge about the nature of these types of violence. Another issue was the tendency to devalue violence in young dating violence compared to older couples justifying the paths of ones and others.

**Key-words:** Women, dating violence, feminism and a consciousness-raising

## **ÍNDICE**

### **Resumo**

#### *Abstract*

### **1. Introdução (10-13)**

## **PARTE A – REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL (14-15)**

---

### **CAPÍTULO I – ABORDAGEM AO TEMA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM CONTEXTO DE NAMORO (16-17)**

#### **2. Mulheres trespassadas por violência (18-20)**

##### **2.1. O conceito de violência (18-20)**

##### **2.2. Violência contra mulheres em contexto íntimo (21-26)**

##### **2.3. Violência perpetrada em contexto de namoro (27-30)**

#### **3. Consequências da violência (31-32)**

#### **4. Entendimento sobre os conceitos de namoro e violência no namoro: constrangimentos face à investigação (33-37)**

#### **5. Cidadania no feminino (38-41)**

### **CAPÍTULO II – OS PERCURSOS DO FEMINISMO: APRESENTANDO O PENSAMENTO CRÍTICO E AS PROPOSTAS EMANCIPATÓRIAS**

#### **6. Do pensamento iluminista e a Revolução Francesa: da teoria à prática (42-52)**

#### **7. O contributo do feminismo radical e a questão da conscientização feminina: “Women are messed over, not messed up!” (53-56)**

##### **7.1. O sistema patriarcal (57-58)**

##### **7.2. O género (58-61)**

## **PARTE B – ESCOLHA METODOLÓGICA, MÉTODOS E CRITÉRIOS EPISTEMOLÓGICOS**

---

- 8. A construção metodológica na investigação (63-64)
  - 8.1. Objetivos do trabalho de investigação (64)
  - 8.2. Participantes (64-65)
  - 8.3. Procedimentos da recolha de dados: sessões de discussão focalizada (65-68)
    - 8.3.1. Sobre os grupos de discussão focalizada (65-68)
    - 8.3.2. As sessões (68-70)
  - 8.4. Procedimentos de análise dos dados (70-71)
  - 8.5. Índice das vategorias e subcategorias da análise dos dados (71-73)

## **PARTE C – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

- 9. Apresentação e discussão dos resultados (74-81)
- 10. Considerações finais ao trabalho de dissertação (82-85)

**Referências bibliográficas (86)**

"A partir do momento em que assumo o desejo de transformar a sociedade, ela já começa. (...) Não é como convencionalmente pensávamos: primeiro fazemos a revolução, depois transformamos a sociedade. Fazer esta revolução total é transformar radicalmente todas as relações, todos os papéis sociais que desempenhamos. Não se trata de uma estratégia meramente individual. Começa no individual e prossegue no coletivo, enraizando socialmente o processo revolucionário. A sociedade transforma-se, isto é, revolucionam-se as relações sociais a partir da destruição do seu conteúdo autoritário. Não é fundamental a tomada do poder, mas sim a sua destruição, em todas as suas características autoritárias."

Roberto Freire e Fausto Brito, in  
*Utopia e Paixão. A Política do Quotidiano*



## 1. INTRODUÇÃO

Reconhece-se hoje que as violências cometidas contra mulheres são já consideradas um flagelo social e um problema ao nível da saúde pública. Constituem uma negação aos direitos humanos o que, consequentemente, se torna num obstáculo à prática da igualdade entre mulheres e homens. São várias as formas de violência perpetradas contra mulheres. A que nos interessa aqui explicar é a violência exercida em contexto de relações íntimas.

A violência nas relações de intimidade é a que ocorre entre duas pessoas que têm ou tiveram um relacionamento íntimo sendo estes cônjuges, namorados ou companheiros. Para este trabalho de investigação centramos a pesquisa nas relações pré-maritais ou de namoro. Conceito de violência será entendido como comportamentos ou intenção de ação a terceiros que comportem danos físicos, emocionais, psicológicos ou sexuais. Atitudes que privem alguém de direitos, satisfação de necessidades, contacto com os demais e com a sociedade. Em última instância, pode levar à morte ou a tentativa(s) de suicídio. Já a definição de namoro comporta ainda uma falta de consenso entre os investigadores daí que se agregue alguma dificuldade e condicionalismo para a própria investigação.

Este tipo de relacionamentos conflituosos têm consequências imediatas, a médio e a longo prazo. A gravidade deste fenómeno prende-se com o fato de acarretar consequências ao nível pessoal, familiar, social, político e económico, sob perspetivas micro, meso e macro. Vários estudos indicam que violência no namoro não é um fenómeno resultante apenas em relações duradouras ou entre conjugues. Esse foi o pensamento que prevaleceu até a uma dada altura da história. Aliás, o pensamento dominante era de que se tratava de algo inexistente. Muñoz-Rivaz, O'Leary e Gonzalez (2007) apontam para uma em cada cinco jovens, vítima de abusos físicos por parte do seu namorado e, Aldrighi (2004) indica para altos índices de prevalência da violência psicológica e a coerção sexual. Estudos mais recentes (WHO, 2013) apontam que 30% das mulheres em relacionamentos já teriam sofrido algum tipo de violência física ou sexual por parte do parceiro íntimo e, de referenciar ainda que, 38% dos assassinatos de mulheres foram concretizados pelo parceiro íntimo. Em Portugal, segundo o Inquérito Nacional sobre Violência de Género (Lisboa,

Barroso, & Leandro, 2009), uma em cada três mulheres inquiridas afirmou já ter sofrido de violência física, sexual ou psicológica nos últimos anos.

Igualmente preocupante como os elevados números de prevalência da violência entre jovens são os significados atribuídos a estes comportamentos violentos, por parte das jovens e dos jovens. Para além de ser feita uma espécie de alegoria entre amor e violência, as vítimas tendem a justificar este tipo de atitudes como passageiras e não identificá-las como condutas violentas (Barilari, 2007).

Importa referir que a violência cometida contra mulheres não é um fenómeno recente. Desde as épocas mais antigas tem sido comum atribuir a mulheres o papel de mãe reprodutora e doméstica, recusando-lhes direitos sociais, cívicos e políticos (Duby & Perrot, 1990). Apesar de hoje falarmos abertamente e apontarmos um número já considerável de estudos empíricos, devemos perceber que este tópico de análise é ainda recente, só tendo erguido-se como problema de cariz social, nos anos 60 do século XX (Caridade & Machado, Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perceção, 2006). Consequentemente, constituiu em si um objeto de interesse para a comunidade científica apesar de que, a maioria dos trabalhos, tenha como foco principal de estudo a prevalência da violência e o impacto que esta acarreta nas vítimas.

Hoje em dia percebemos que este tópico está presente em muitos discursos políticos e discursos científicos, a nível nacional e internacional. A exposição do tema tem sido feita através dos meios de comunicação social mas também, de inúmeras Organizações (mundiais e nacionais) de cariz político, ou não, atentas a este fenómeno e ao impacto que produz na sociedade actual, contra a integridade e a dignidade de mulheres em todo o globo.

Alargando o espectro do conceito de violência contra mulheres devemos entender que se trata de um ato de violência de género. O género, portanto, entra aqui enquanto categoria de análise para as relações sociais entre homens e mulheres e, consequentemente, firmando-se como relações sociais de poder convertidas em desigualdades entre uns e outras. É necessário que se alargue e se invista em mecanismos que combatam, previnam e erradiquem a violência. Uma das estratégias objetiva-se em torno da mudança de atitudes face às desigualdades entre homens e mulheres. Consequentemente, terá que

se constatar mudanças nas estruturas sociais e políticas para alcançarmos uma cidadania plena e global.

Não pretendemos com este trabalho apontar um único caminho ou o mais acertado para explicar o fenómeno da violência perpetrada por homens a mulheres. Existem teorias explicativas sobre o problema mas, para o presente trabalho de investigação foi abraçada a perspetiva feminista. E, entenda-se que, mesmo dentro do movimento feminista se erguem distintas visões teórico-epistemológicas que caracterizam, portanto, um movimento tão plural e complexo (Offen, 1988). Deste modo, para tentarmos perceber a natureza deste fenómeno, e não para firmar uma explicação única, voltaremos o olhar sobre determinados conceitos que surgiram com as ativistas feministas e que serviram não só para explicar a questão das violências e das discriminações mas, que estão na base de uma nova metodologia: a feminista. Porque é que homens exercem violência sobre mulheres? É a partir desta premissa que será construído o trabalho de dissertação.

É quase impensável estudar e concretizar uma investigação que aborda questões do género sem fazer referência aos feminismos. No entanto, para este trabalho não será apresentada a “história completa” do feminismo. Será exposto o feminismo teórico-prático do século XVIII, enfatizando a importância do Iluminismo, e o seu ideário de ruptura e, será analisada a Revolução francesa como um resultado da cultura iluminista, com impacto no movimento de libertação feminino. De que forma o sexo era visto na sociedade moderna e que consequências surgiram daí? E, para as questões da violência contra mulheres, em contexto íntimo, nada mais esclarecedor do que apresentar o feminismo radical dos anos 60 e 70, do século XX. Para além de se tratar de uma época fértil em trabalhos científicos, traduziu-se numa luta intensa para tirar a mulher da invisibilidade. Foi através da exposição do “problema sem nome” (Friedan, 1963, p. 15) que surgiu a contribuição de grupos de conscientização que vieram a constituir-se como modelo teórico-epistemológico e como instrumento metodológico para a investigação científica. As feministas radicais vieram colocar em causa os papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres legitimados pelas desigualdades de género e pelo sistema patriarcal (Walby, 1990).

A estratégia metodológica desta investigação centrou-se na realização de três sessões de discussão focalizada (*Focus Group*) com um grupo de jovens universitárias da Universidade do Porto (U.P.). A escolha desta técnica proporcionou não apenas reflexões e percepções à volta das questões referidas mas serviu para analisar as dinâmicas entre elas. O objetivo era tirar o máximo de proveito destas sessões para formular sentido(s) à questão da violência no namoro contra mulheres. A análise de conteúdo foi o procedimento utilizado para acedermos ao "conteúdo manifesto da comunicação" (Bardin, 1994, p. 18).

Importa ainda referir que este trabalho está particularizado para as sociedades ocidentais, assumindo-se que noutras sociedades e noutros contextos culturais seriam abordados contextos e estruturas sociais distintas.

O presente trabalho está elaborado de forma sequencial, organizado em três partes estruturantes. A primeira, com o **A)** enquadramento teórico, fazemos a revisão da literatura sobre violência contra mulheres onde a violência em contexto de namoro está inserida, assim como tudo o que sustente as escolhas para tratar a questão. A escolha da **B)** metodologia encontra-se na segunda parte alicerçada aos critérios epistemológicos e ao procedimento de recolha de dados que aqui foi utilizado. A terceira parte do trabalho diz respeito à **C)** apresentação e discussão dos dados recolhidos e, conseqüentemente, serão apresentadas as considerações finais .

## PARTE A – REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEPTUAL

---

Este capítulo pretende elucidar o leitor acerca do referencial teórico escolhido que sustenta este trabalho de investigação.

Será aqui realizada uma revisão da literatura sobre violência exercida contra mulheres em contexto de relações íntimas. Será dada particular atenção às relações pré-maritais entre jovens adultos, nomeadamente, o namoro visto que foi sob este critério de interesse que o trabalho empírico foi orientado.

Pretendemos apresentar a emergência da violência contra mulheres enquanto problema social e de saúde pública. Perceber de que maneira este fenómeno se tornou visível passando da esfera privada e doméstica para o olhar e preocupação pública. Desta maneira, será elaborada uma breve descrição das iniciativas de determinadas mulheres que orientaram este processo de conscientização. Para além disso, não nos devemos esquecer de contextualizar esta problemática no movimento social, político, intelectual e científicos que é o feminismo. De que maneira, homens e mulheres, se envolveram na luta? Para esta parte do trabalho será apresentada uma análise que faz a ponte entre o iluminismo e a Revolução Francesa e o movimento feminista radical dos anos 60 e 70. O que têm em comum é a questão da apreciação da feminilidade como resultado, num caso, da diferenciação dos sexos e, num outro, da construção social do género.

É essencial entender de que maneira os direitos humanos são aqui negados e como é que se refletem na questão da cidadania destas mulheres. E não só. As consequências deste fenómeno não estão confinadas apenas à vítima. Alastram-se a toda a sociedade, independentemente de se tratar de sociedades ditas democráticas e igualitárias, ou não. Os gastos e perdas que estão associados a este problema são gigantes, irreparáveis e insubstituíveis.

Porque é que homens exercem violência sobre mulheres? É a premissa *master* que serve como linha delineadora deste trabalho de investigação. É esta questão que formata este trabalho de dissertação. Claro que, ancorada a esta questão, surgem componentes explicativas e categorias de análise que achamos necessárias e pertinentes abordar para se construir uma melhor compreensão do trabalho. Será necessário abordar o género enquanto tópico

de análise trazido pelas feministas que é considerado um veículo causador de desigualdades sociais. As relações sociais de género entendidas como relações sociais de poder, demónios facilitadores e propagandistas de uma sociedade desequilibrada e injusta.

## **CAPÍTULO I - ABORDAGEM AO TEMA DA VIOLENCIA CONTRA MULHERES EM CONTEXTO DE NAMORO**

Pensarmos o fenómeno da violência cometida contra mulheres enquanto problema contemporâneo está errado. A História comprova que desde os tempos mais remotos as mulheres são sujeitas a várias e distintas formas de violência, ficando sujeitas às vontades masculinas, primeiro com o pai e depois, com o marido. Enquanto grupo social específico foram privadas, excluídas, discriminadas e oprimidas. Esta condição de agente secundário e subalterno foi (e é) experienciada em todas as sociedades e épocas da História, mas com diferentes dimensões. Somente nas últimas quatro décadas é que vimos o reconhecimento desta epidemia enquanto problema social grave (Renzetti & Bergen, 2005).

Entenda-se que a violência cometida contra mulheres é um fenómeno persistente porque atravessa a História e teima em perdurar, atingindo mulheres, adolescentes e/ou crianças em todo o mundo. A violência sobrevive na sua dimensão de epidemia prática e também na sua dimensão simbólica, capaz de promover vulnerabilidade, desigualdades e uma cultura de violência no seu sentido mais perverso, impondo (e mantendo) crenças, valores, hábitos e comportamentos.

A violência apresenta-se através de variadas formas. A expressão mais comum da violência contra mulheres é cometida pelo parceiro íntimo (WHO, 2002). Estudos feitos ao longo dos últimos cinquenta anos demonstraram que o espaço doméstico é o espaço onde mulheres e crianças correm os mais elevados riscos de violência (Machado & Gonçalves, 2002). Hoje em dia, violência contra mulheres é já reconhecida como um problema grave de saúde pública e um flagelo a nível mundial ( e.g., WHO, 2013; Azambuja & Nogueira, 2007; ONU, 2006) , transversal a qualquer sociedade. Porém, este fenómeno social não surgiu da mesma maneira como o conhecemos hoje. Contempla em si inúmeras acções que ditaram a sua expressão nos dias de hoje.

Os anos 60 foram palco de algumas batalhas travadas que se refletiram na emergência de alguns movimentos de contestação política, social, civil e estudantil (Nunes, 2014). Foi justamente nesta década que observamos a emergência da violência enquanto problema e preocupação social (Caridade &

Machado, *Violência na intimidade juvenil: da vitimação à percepção*, 2006). Primeiro, com um alerta para os maus tratos a menores e, mais tarde, exportar-se a problemática da violência para a questão da luta das mulheres .

Nos anos 80 o conceito de género aparece nos discursos políticos institucionais das Nações Unidas, que passaram a deter um papel pioneiro nas questões dos direitos e deveres fundamentais. Consequentemente, observámos um processo de inclusão do conceito de género na agenda política dos direitos humanos e na luta contra a discriminação fundamentada no sexo. Vimos que a produção de conhecimento acerca das questões de género tem vindo a destacar-se enquanto objeto de reflexão e investigação por parte de muitos autores e autoras, a nível nacional e internacional. Pretendemos ainda, analisar a questão da cidadania no feminino nos dias de hoje. Percebendo o percurso do feminismo, de que maneira é que os objetivos que foram alcançados (e.g. em muitos países é reconhecida a igualdade de homens e mulheres perante a lei) são realmente praticados. Já não existe discriminação baseada no sexo? Apesar das mudanças, as relações entre homens e mulheres, e entre estes e a sociedade, permanecem semelhantes (Nogueira, 2001). Às mulheres são ainda atribuídas as responsabilidades de cuidado dos filhos e da casa, e no mundo laboral apontamos para a existência de desigualdades salariais ou a falta de oportunidade em alcançar cargos de chefia, entre muitos mais.

Recuaremos no tempo e na História para que o leitor possa perceber e relacionar aqueles que achamos ser os agentes (alguns) importantes para uma melhor compreensão sobre a questão da violência contra mulheres em contexto de namoro.



## **2. MULHERES TRESPASSADAS POR VIOLÊNCIA**

### **2.1. O conceito de violência**

Actualmente assume-se o tema da violência contra mulheres como tópico recorrente nos discursos científico e político, assim como nos *media*. Foi, através do movimento feminista e da acção de determinados profissionais (de campos disciplinares diferentes) que vimos aumentar a visibilidade deste problema. As contribuições feministas foram importantes para quebrar o silêncio (Mies, 1986) e "inspiraram novos esforços para entender como se criam, se sustentam e se transformam os padrões e as desigualdades" (Giddens, 2001, p. 102).

Apesar do número alargado de literatura e de trabalhos empíricos que se faz sentir desde a década de 60 (Caridade, 2011), não existe uma percepção consensual da definição de violência (DeKeseredy, 2011), tornando o conceito um dos mais complexos e mais difíceis de ser estudados nas Ciências Sociais (Ribeiro A. , 2013). A dificuldade para a sua definição está na própria complexidade do conceito que, como Schinkel (Schinkel, 2010) afirma, "tanto a definição como a não definição da violência levam-nos a ângulos mortos em resultado dos quais certas formas de violência escapam à percepção". Isto é, há aspectos importantes que não são tidos em conta quando tentamos delimitar um conceito de violência, que resultará em investigações condicionadas pela sua colagem a definições específicas. Ainda, como este autor indica, esta não percepção apresentada em forma de mecanismo de invisibilidade pode resultar, em última estância, em formas de legitimação ou aprovação da violência. O próprio alargamento do conceito, sendo necessário, significa também que há um sentido perverso, "na medida em que lhe veio reduzir eficácia e torná-lo menos operativo para a pesquisa científica" (Lourenço e Lisboa, 1992:16; Casimiro, 1998:47 cit Dias, 2004:91). Ou seja, quanto mais navegamos e alargamos o entendimento sobre o conceito de violência no namoro, maior será o fosso nos resultados empíricos que estão automaticamente dependentes das definições apresentadas.

Há ainda a tendência para colocar conceitos ao mesmo nível de significação, apresentando-os como sinónimos uns de outros. Como é o caso de agressão e abuso (Costa D. , 2005) ou, para aproximar conceitos, como o de poder e violência que, como indica Hannah Arendt (1970). são conceitos separados sendo a violência um instrumento que surge no momento em que o poder perde a sua supremacia.

Elza Pais (1998) aponta que o significado etimológico da palavra violência está ligado à força, ao seu carácter violento sendo que, neste sentido, exerce-se a violência através de recursos a meios físicos (Fischer, 1994). Era bastante mais fácil se os investigadores se colassem a esta definição para abordar o tópico mas, existem ainda algumas modulações para o conceito de violência que tornam a sua definição tão polémica. Antes de avançarmos não podemos deixar de apresentar algumas dimensões da violência que nos mostram a necessidade urgente de chegar a um entendimento amplo “em que o *pathos* da definição seja colocado em plano secundário, em favor de abordagens contextualistas e transdisciplinares” (Ribeiro, 2013, p. 9). Para assim tentarmos captar os tais anglos mortos. A percepção da violência deve ser reforçada e complementada com as outras modalidades existentes, como é o caso da violência institucional, da violência estrutural (e.g., Galtung, 1969), da violência cultural (e.g., Galtung, 1970) e da violência simbólica (e.g., Bourdieu & Passeron, 1970). A categorização destas formas de produzir violência são importantes para se perceber as medidas de prevenção que devem ser tomadas (Karli, 2002). Não serão aqui abordadas de forma explicativa estas formas de violência pois a finalidade da sua apresentação foi apenas para sublinhar o carácter ambíguo e complexo do termo em questão, assim como os seus usos diferentes. Só uma análise contextual exaustiva é que poderia travar esta indeterminação.

Alcançamos um nível de maior dificuldade quando acrescentamos que a violência não deve ser somente abordada como a acção ou acções infligidas a outros mas, devemos ter em conta que se pode tratar também de “uma força de destruição de si próprio” (Perrone, 2000 cit. Karli, 2002:14). Ou ainda, quando se faz referência à violência contra os animais e contra a natureza.

Para Khan (1978, p.883) a forma mais corrente nas definições de violência passam por caracterizá-la como uma “força física” cujo objetivo é

“atingir ou causar danos a pessoas ou bens” ou “usurpar pela força a liberdade de um indivíduo”. Gelles e Straus (1979, p. 554) definem violência “como um ato perpetrado de forma intencional, ou algo que seja percebido como intencional, para ferir fisicamente outra pessoa” sendo que a dimensão física da violência pode ir desde uma estalada até ao assassinato. Por sua vez, Tolman (1989) refere o abuso económico e o isolamento enquanto categoria da violência e, Cauchy (1992) indica o uso de uma determinada força que contrarie a vontade da vítima. O abuso ou maus tratos psicológicos são também referidos para definir violência. Moura (2012) aponta o uso da força psicológica para produzir sofrimento em alguém.

Enfim, estas são algumas das definições de violência e estão ainda, possivelmente, longe de ter um fim. A complexidade deste termo obriga-nos a definições precisas e estruturadas e contextualizadas para podermos elevar rigor à investigação. A precisão deste conceito, no sentido de se explorar todas as modalidades e formas de violência, só vem facilitar o entendimento do fenómeno numa visão mais alargada (Pais, 1996). No entanto, não podemos desconsiderar as particularidades visíveis que existem nas várias formas de violência.

## 2.2. Violência em contexto íntimo

O tema da violência enquanto problema social surge nos anos 60, com a denúncia dos maus-tratos a crianças, através da publicação do artigo *The battered child syndrome*, de Henry Kempe e os demais colaboradores (Dias, Violência doméstica e justiça: respostas e desafios, 2010). O despertar da comunidade científica e dos profissionais, assim como do público em geral, veio facilitar o processo de reconhecimento de outras formas de violência familiar. Foi o caso da violência contra mulheres. Este fenómeno veio fazer com que a década seguinte trouxesse para a esfera pública o "problema sem nome" (Friedan, 1963, p. 15) que unia muitas mulheres. Entre conversas privadas, as mulheres, mães, filhas, companheiras e esposas descobriram que a violência que sofriam, perpetrada por homens, era um problema partilhado (Mies, 1986). Desse modo, a apropriação do conceito *síndrome da criança batida* fora aplicada para identificar as violências exercidas contra mulheres - *síndrome da mulher batida* (Machado & Gonçalves, 2002). A partir daqui, o movimento feminista chamou atenção para estas violências perpetradas por homens a mulheres, vividas dentro dos seus lares fazendo revelar que o espaço doméstico não era um lugar seguro como até aí se pensava (Machado & Gonçalves, 2002).

Desta forma, percebemos que a violência contra mulheres é reconhecida como um flagelo social que, sem fazer qualquer distinção, atravessa mulheres em qualquer idade, étnia, cidade ou país. É transversal a toda a sociedade. Não se restringe a um só espaço de actuação, sendo que actua dentro do seio familiar ou na esfera pública e social e, acarreta em si, consequências imediatas, a médio e a longo prazo. Devemos ainda perceber que este problema está de tal forma incutido em determinadas culturas que é quase invisível e, só quando for reconhecido, é que pode ser desmantelado (Arnot, 2009). A importância dos estudos empíricos sobre este tópico passa por possibilitar um melhor entendimento sobre o problema, facultando uma visão global do fenómeno, identificando a sua intensidade e abrindo caminhos para novas investigações.

A definição para violência contra mulheres está ainda num campo aberto de reflexão porque não existe concordância universal para a sua definição

(Crowell & Burges, 1996). Este impasse tem que ver com o insucesso e dificuldade em definir violência (O'Leary & Maiuru, Psychological abuse in violent domestic relations, 2011). Porém, umas das contribuições feministas para a pesquisa da violência contra mulheres foi conceptualizar este conceito num sentido mais amplo, complementando as definições tradicionais sobre a agressão física (espancar, esmurrar, pontapear, ameaçar com uma arma ou usá-la efetivamente) (Zahin, Brownstein, & Jackson, 2015). Desta forma, amplearam o conceito atribuindo aos comportamentos violentos, noções de violência sexual, psicológica e económica e ainda, distinguiram a violência interpessoal da violência estrutural (Barak, 2003). Isto é, trouxeram uma nova percepção sobre comportamentos agressivos sem haver necessidade de os relacionar a agressões físicas. Para este trabalho de dissertação centramos a conceção de violência num acto físico, sexual e/ou psicológico, de ameaça, invasão ou de ataque a alguém cujo efeito pretendido seja o de magoar ou diminuir o indivíduo e/ou privá-lo do contato com os outros, isto é, o isolamento (Koss, et al., 1994).

O Conselho da Europa sobre o combate à violência contra mulheres acrescentou violência espiritual (repudiar crenças culturais e religiosas das mulheres) às demais formas de violência (Reid, 2003) e, a Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra Mulheres (<http://www.coe.int/>), conhecida por Convenção de Istambul, assinada em 2011, defende a criminalização do stalking (perseguição) e da mutilação genital enquanto manifestações da violência perpetrada a mulheres (Marciano, 2015). Num inquérito nacional sobre stalking (1210 participantes) (Matos, Granjeira, Ferreira, & Azevedo, 2011) os principais resultados mostram que as mulheres apontaram níveis de vitimação elevados; do total de participantes 19,5% afirmou já ter sido vítima de stalking em algum momento da sua vida e 11% é vítima, na atualidade; do grupo vitimado, 31,6% afirmou que a vitimação ocorreu em contexto de relação íntima, atual ou passada.

Apesar da não consensualidade em relação ao conceito de violência contra mulheres, existe hoje um número abundante de trabalhos científicos sobre a temática, que retratam não só o fenómeno como também a prevalência da violência (e.g., WHO; IVAWS, 2005; Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2014; Edwards, 2011; DeKeseredy, 2011; Renzetti & Bergen,

2005; Reid, 2003 ; Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997; Hanmer & Saunders, 1984; Gelles, 1980; Hanmer, 1978).

No artigo primeiro da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres (1993) este tipo de violência é entendido como “qualquer acto de violência baseado no género que resulte, ou tenha intenções de resultar para a mulher, num dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, incluindo as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorram na vida pública ou privada”. O artigo segundo explica o que esta violência pode abranger (mas não limitar):

- (a) Physical, sexual and psychological violence occurring in the family, including battering, sexual abuse of female children in the household, dowry-related violence, marital rape, female genital mutilation and other traditional practices harmful to women, non-spousal violence and violence related to exploitation;
- (b) Physical, sexual and psychological violence occurring within the general community, including rape, sexual abuse, sexual harassment and intimidation at work, in educational institutions and elsewhere, trafficking in women and forced prostitution;
- (c) Physical, sexual and psychological violence perpetrated or condoned by the State, wherever it occurs.

É a partir deste órgão mundial que surgem outros que tentaram esclarecer, prevenir e erradicar o problema ( e.g., Four World Conference on Women, 1995; V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (VPNI- 2014-2017); UN, 2014 ).

A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2014:7) apresenta a violência contra mulheres como um acto criminoso que afeta “desproporcionalmente” e se constitui “uma violação dos direitos fundamentais das mulheres em matéria de dignidade, igualdade e acesso à justiça”. A 1 de Agosto de 2014 entrou em vigor a Convenção do Conselho da Europa para a

Prevenção e o Combate à Violência contra Mulheres e à Violência Doméstica (ou comumente, chamada de Convenção de Istambul), tendo sido Portugal o primeiro Estado-Membro da União Europeia a ratificar este instrumento internacional. Esta convenção entende que as violências exercidas sobre mulheres são sob a forma de violência de género e são cometidas contra mulheres só pelo facto de estas serem mulheres.

## RETRATANDO O FENÓMENO

O primeiro estudo nacional foi realizado em 1995, através de um Inquérito Nacional sobre *Violência contra as Mulheres*, promovido pela Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, permitindo o primeiro olhar global sobre a prevalência do fenómeno ([www.cig.gov.pt](http://www.cig.gov.pt)). O resultado apontou para metade das mulheres portuguesas terem sido vítimas de violência física, psíquica ou sexual. Outros se seguiram. Em 2003, no estudo sobre *Os custos sociais e Económicos da Violência contra as Mulheres*, promovido pelo CIDM (Lisboa M. , Vicente, Carmo , & Nóvoa, 2003) em 2005, os projetos sobre *as Relações Existentes entre a Saúde das Mulheres e as várias Dimensões da Violência* de que tenham sido vítimas (Lisboa, Vicente, & Barroso, 2005) e o estudo sobre *Prevenir e Remediar: os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres* (Lisboa, et al., 2006). Segundo o Inquérito Nacional sobre Violência exercida contra Mulheres e Homens (Lisboa M. , Barroso, Patrício, & Leandro, 2009), em 2007, o conjunto de vitimação relativa à violência física, sexual e psicológica, exercida contra mulheres com 18 ou mais anos, nos últimos 12 meses ou em anos anteriores, teve a prevalência de 38.1%, afetando em média cerca de uma em cada três mulheres em Portugal. Aquando da escrita do presente trabalho de dissertação, dá-mos conta do relatório anual de monitorização sobre violência doméstica 2015, referente a 2014, onde foram registadas pelas Forças de Segurança 27317 participações de violência doméstica, 11726 pela GNR (42,9%) e, pela PSP, 15591 (57,1%) (Ministério da Administração Interna, 2015).



A nível internacional, podemos referir o Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, *In depth study on all forms of violence against women* (UN, 2006) e o estudo da Organização Mundial de Saúde, "WHO Multi - Country Study on Women (Garcia - Moreno, 2005). Ambos incidem sobre violência contra mulheres sendo que, o segundo foca no impacto do fenómeno sobre a saúde das mulheres. Em 2014, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, apresentou o resultado sobre *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia*. Num relatório baseado em 42.000 entrevistas, entre os vinte e oito Estados Membros da União Europeia, foram inquiridas sobre experiências com violência física, sexual ou psicológica, incluindo actos violentos por parceiros íntimos e sob a forma de perseguição, assédio sexual e o papel das novas tecnologias nos abusos. Os resultados foram que, desde os 15 anos de idade, uma em cada dez mulheres foi vítima de algum tipo de violência sexual e, uma em cada vinte, foi violada; uma em cada cinco sofreu alguma forma de violência física e ou sexual por parte do parceiro íntimo actual ou anterior. Em Espanha, o *Macroencuesta da violencia contra la mujer 2015* (Género, 2015) que, numa amostra de 10.171 mulheres (16 e mais anos) inquiridas sobre as relações que já tiveram, aponta para que 12,5% sofreram de violência física e sexual, 8,4% sofreram violência sexual e 10,3%, violência física. Em relação a violência psicológica de controlo o número sobe para os 25,4%, 21,9% respeitando a violência emocional e 10,8% das mulheres afirmaram ter sofrido de violência económica.

A violência contra mulheres é um fenómeno universal que é transversal a todas as sociedades, independentemente do nível de desenvolvimento, estabilidade política, cultura ou religião. Alargando os estudos para fora do território europeu verificamos, da mesma maneira, resultados inquietantes. A Organização Mundial de Saúde (2014) aponta para que, 35% das mulheres em todo o mundo, já tenha experienciado violência íntima. 30% das mulheres que estiveram em relações amorosas alegam já ter passado por violência física ou sexual, pela mão do parceiro íntimo e, veja-se que, perspetivando ao nível global, 38% dos assassinatos de mulheres foi cometido pelo parceiro íntimo. Uma em três mulheres já foi vítima de violência física ou sexual, pelo parceiro íntimo, em algum momento da vida delas (WHO, 2014). Reflita-se ainda sobre as 40% a 50% das mulheres na União Europeia que experienciaram algum tipo



de assédio no trabalho (ONU - Organização das Nações Unidas, 2006). Na Austrália, Canadá, Israel, África e nos Estados Unidos 40% a 70% dos feminicídios é executado pelo parceiro íntimo (Krug et al., 2002) e, veja-se que, nos Estados Unidos da América, 83% das raparigas entre os 12 e os 16 anos, experienciaram alguma forma de assédio sexual nas Escolas públicas (UN General Assembly, 2006).

Aprofundando a temática para contextos fora da realidade ocidental, percebemos que mais de 64 milhões de raparigas em todo o mundo são crianças noivas com 46% das mulheres entre os 20 e os 24 anos no sul da Ásia e, 41% no oeste e na África central, reportando que se casam antes dos 18 anos. Estes casamentos resultam em gravidezes indesejadas e prematuras, levando à morte das jovens (Black, 2001). Há ainda, aproximadamente, 140 milhões de raparigas e mulheres no mundo que sofreram mutilação genital feminina (WHO, 2012).

Os números sugerem para 20.9 milhões de vítimas de trabalho forçado em todo o mundo sendo que 55% são mulheres; e 4.5 milhões de pessoas exploradas sexualmente, dos quais 98% são mulheres (ILO, 2012).

Em suma, as últimas décadas foram cruciais para identificar o fenómeno da violência contra mulheres. Os anos 70 resultaram na ascensão desta violência enquanto problema social (Gelles, 1980) e, a década de 90 reflete o reconhecimento do problema sob a perspetiva da saúde pública (Azambuja & Nogueira, 2007). Hoje em dia, é recorrente na agenda e discursos políticos nacionais e internacionais. As preciosas investigações, assim como os debates teórico-metodológicos têm dado o seu contributo na redefinição do objeto de estudo o que ajuda a uma melhor formulação de políticas de prevenção, combate e erradicação da violência contra mulheres. O percurso destas violências teve início com as contribuições feministas objetivando o foco de interesse inicial nas violências perpetradas por homens, em contexto de conjugalidade marital. Consequentemente, viu-se alargada a outras dimensões da violência íntima como foi o caso dos estudos sobre vitimização de homens, violência em casais do mesmo sexo e da violência no namoro.

### 2.3. Violência perpetrada no namoro

Para este trabalho de dissertação, quando nos referimos à violência nas relações íntimas de namoro jovem, referimo-nos ao que a literatura internacional entende por *intimate partner violence*, *dating violence* ou *courtship violence*, termos usados para descrever conflitos que ocorrem nas relações pré-maritais (Caridade, 2011; White & Koss, 1991) e, geralmente, remetidas para adolescentes e jovens adultos (Lewis & Fremouw, 2001). Neste caso, centramos o nosso interesse nos jovens e nas jovens adultas.

A violência em contexto de namoro só teve reconhecimento enquanto problema social nas últimas quatro décadas (Browne & Williams, 1993). Como já foi referido, a investigação científica sobre violência nas relações íntimas centrou o seu foco inicial no abuso doméstico marital (e.g., Hotaling & Sugarman, 1986), objetivando o interesse exploratório na questão dos comportamentos agressivos e violentos. Os anos 80 foram reveladores no que respeita ao fenómeno da violência nas relações íntimas. Evidências empíricas mostraram um problema que ia para lá do espaço doméstico marital, extendendo-se a outro tipo de interações sociais – o namoro (e.g., Caridade, 2011; Ismail, Berman, & Ward-Griffin, 2007; Caridade & Machado, 2006; White & Koss, 1991 ;Makepeace, 1981). Estes estudos vieram demonstrar a existência de um problema que, até então, era tido como raro ou insignificante (Lewis & Fremouw, 2001).

Geralmente, a literatura apresenta violência no namoro como um fenómeno que engloba as mesmas dinâmicas da violência doméstica marital, partilhando os mesmo fatores de risco (Kaura & Allen, 2003).

Em 1957, numa investigação realizada por Kanin (cit. Kilmantin & Allison, 2007), 30% das mulheres inquiridas afirmaram ter sido abusadas sexualmente ou ter sido alvo de tentativa de violação, durante o secundário. Num estudo empírico realizado por Makeapece (1981) foi revelado que 61,5% dos estudantes universitários inquiridos conheciam alguém envolvido em relações conflituosas e que, 21,2% teve , pelo menos, uma experiencia violenta. Isto é, um em cada cinco jovens tinha sido vítima de abuso, no relacionamento íntimo (Lewis e Fremow, 2011). Desde então, foram realizadas pesquisas sistemáticas sobre o problema e as suas variantes, quais os fatores

de risco e a eficácia dos programas de prevenção e intervenção na violência no namoro jovem (e.g., Berger, Wildsmith, Manlove, & Steward-Streng, 2012; Paiva & Figueiredo, 2003; Smith, White, & Holand, 2003). Estes dados serviram para avaliar um fenómeno escondido e preocupante não só direccionado para a domesticidade conjugal mas, considerado agora um grave problema que afeta os jovens adultos (White e Koss, 1991). E não são só os jovens adultos a fazerem parte das estatísticas. Os avanços empíricos sobre violência na intimidade não tardaram a alargar os seus contextos de investigação para o estudo da violência na intimidade juvenil (e.g., Fredland, et al., 2005; Lewis e Fremouw, 2001; Smith & Donnelly, 2000; Molidor & Tolman, 1998).

White e Koss (1991) revelaram que 32% das mulheres experienciaram violência física numa relação de namoro, entre os 14 anos até ao período na Universidade (sendo que a média era à volta dos 21 anos). Em relação à agressão sexual, Humphrey e White (2000) alegam que 69,8% das jovens universitárias já vivenciou este tipo de experiência, pelo menos uma vez. Num estudo feito a adolescentes e universitárias foi revelado que 42,3% das jovens interrogadas foram verbalmente ameaçadas e 13,3% agredidas fisicamente com algum tipo de arremesso (Smith, White e Holland, 2003) e, num estudo levado a cabo por Matud (2004 cit. Álvarez-Dardet, Padilla, & Lara, 2013) percebemos que 50% das mulheres que participaram afirmou já terem sido vítimas de maus tratos, antes dos vinte e três anos de idade.

Estima-se que as mulheres jovens sejam duas vezes mais propícias à violência conjugal (Karli, 2002) e que, entre os 20 e os 24 anos, se encontrem em maior risco de experienciarem violência não fatal, por parte do companheiro íntimo (Catalano, 2007). São ainda estas mesmas idades que refletem a maior taxa de violação e agressão sexual (Justice, 2008). Entre os 18 e os 19 anos são as idades mais propícias para o stalking (Baum, Catalano, Rand e Rose, 2009). Uma em cinco mulheres universitárias experienciaram algum tipo de violência no namoro e mais de quatro em dez incidentes domésticos foi perpetrado pelo parceiro íntimo não casado (Bureau of Justice Statistics, 2007). Percebemos que a ocorrência de abuso nas relações íntimas é frequente no início da fase adulta (Paiva, Carla e Figueiredo, 2004), na maioria dos casos, os abusos começam por volta do primeiro ano de convivência (Álvarez-Dardet, Padilla e Lara, 2013).

Sugarman e Hotaling(1989) revelaram que 30% das mulheres inquiridas sofreram de abuso físico, em contexto de namoro pré-marital; White e Koss(1991) constataram que 35% das mulheres, de uma amostra universitária, foram vítimas de agressão física; por seu lado Bergman (1992) aponta para 15,7% e Carver (2000) eleva para os 52% as mulheres, também através de uma recolha de estudantes pré-universitários, que sofreram este tipo de abuso, por parte do namorado.

Koss, Giycz e Wisniewski (1987) apontam para 53,7% e Bergman (1992), para 15,7%, as estudantes universitárias que sofreram algum tipo de abuso sexual. Straus et al., (2002) num estudo realizado em 14 países, indicam para 39,9% de homens perpetradores de violência sexual, sendo que, 3,2% afirmou ter feito o uso da força. Nestes casos, os homens são mais associados a perpetradores sexuais do que as mulheres (Rennison & Welchans, 2000)

Em relação ao abuso psicológico é um tipo de abuso mais frequente (Paiva & Figueiredo, 2003) e o que reflete mais efeitos na saúde (Coker, et al., 2000). Percebe-se que este tipo de violência tem a intensão de causar sofrimento psicológico (Straus & Sweet, 1992). São atos de críticas recorrentes e/ou agressões verbais e/ou atos de isolamento e dominação da namorada (O`Leary e Maiuro, 2001).

Straus e Sweet (1992) afirmam que a presença do abuso psicológico é preditor do abuso físico. Stets (1990) verifica que 65% dos homens têm comportamentos agressivos no que respeita ao abuso verbal e psicológico, em relação à namorada.

Em Portugal, foi reproduzida a mesma tendência preocupante, em relação à prevalência da violência nos relacionamentos íntimos jovens (e.g., Peixoto, Matos, & Machado, 2013; Caridade & Machado, 2006; Matos, Machado, Caridade, & Silva, 2006). Segundo o Inquérito Nacional sobre Violência exercida contra Mulheres e Homens (2009) a violência nas relações de intimidade afeta mais de 50% das inquiridas e assume várias expressões: física (22,6%), sexual (19,1%) e psicológica (53,9%).

Violência no namoro reflete, como podemos perceber, um grave problema entre os jovens adultos. Apesar dos estudos empíricos a apontar para altos índices de violência entre os casais jovens, “permanece um vazio na

pesquisa focada na violência pré-marital” (Harrison, 2005). Este vazio faz-se notar devido aos próprios conceitos de violência e violência no namoro que têm implicação directa nas próprias pesquisas. No ponto quatro trataremos esta questão e veremos como estes conceitos são constrangimentos para a própria investigação.

### 3. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA

Como já foi referido, a violência contra mulheres em relações íntimas é um fenômeno universal que está presente em todas as sociedades, independente do nível de desenvolvimento, de estabilidade política, cultura ou religião de um país. Percebemos que é um fenômeno que atravessa e afeta a homens e a mulheres, enquanto vítimas. Porém, as consequências e impactos são distintos. Que custos e consequências acarreta sobre os envolvidos e sobre a sociedade?

A consciencialização do problema da violência, iniciado em 60, levou a que pusesse em causa determinadas definições e conceitos, como é o caso de violência doméstica ou violência conjugal, que se revelaram conceitos muito redutores (Neves, 2008). Não se conseguia identificar os tipos de violência e, estes conceitos, limitavam-se ao espaço doméstico (Grangeira & Matos, 2010). Passou-se a utilizar o conceito de violência entre parceiros íntimos, como sendo um conceito mais amplo e mais abrangente (Matos, Machado, Caridade, & Silva, Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar, 2006).

Esta consciencialização da violência íntima, até então, fora ignorada pela ciência, pelo sistema de justiça criminal e pelo sistema de saúde pública (Mitchell & Anglin, 2009). Hoje entendemos que se trata de um grave problema de saúde pública (WHO, 2002) indo além das fronteiras da esfera privada. Para lá da conjugalidade entre parceiros que coabitam.

A violência íntima agrega sobre si problemas de saúde visíveis, imediatas e a longo-prazo (WHO, 2002). Os tipos de violência afetam as esferas do desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo (Kashani & Allan, 1998). Sabe-se que existe uma relação entre violência nas relações íntimas e a saúde mental, no que respeita a problemas com a depressão, distúrbios de ansiedade generalizada, fobias, abuso de substâncias e de álcool, stress pós-traumático e o suicídio (Warshaw, Brashler e Gil, 2009). As consequências físicas são óbvias: olhos e nódoas negras, marcas e fraturas (Gelles & Straus, *Intimate Violence: the causes and consequences of abuse in the American family*, 1998), a falta de consciência ou a morte, em alguns casos.

As mulheres que passaram pela violência íntima estão frequentemente sujeitas à coerção sexual e, como consequência, a relações sexuais desprotegidas (Arriaga & Oskamp, 1999). Um estudo (Plichta e Abraham, 1996) revelou que 10% das mulheres que reportaram abuso sexual, 1/4 apontou para problemas menstruais severos e 1/6 alegaram infecções urinárias. Arriaga (2009) revela que 2/5 das mulheres tenham contraído alguma doença sexualmente transmissível. A violência sexual pode afetar a saúde reprodutora e pode levar a distúrbios ginecológicos, gravidez indesejada, trabalho de parto e gravidez prematuros, assim como a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (WHO, 2002).

Os sintomas psicológicos podem se revelar através de insónias, pesadelos, falta de apetite até ao aparecimento de problemas mentais e comportamentos autodestrutivos, como a tentativa de morte (Kashani e Allan, 1998). A percepção de incapacidade, inutilidade e baixo autoestima leva a um sentimento de desvalorização, por parte da mulher, em relação a si e ao seu corpo (Miller, 1999). A vergonha e a culpa são os sentimentos mais comuns, sendo que o medo é a característica comum nas mulheres agredidas, o que faz com que não sejam apresentadas queixas (Gelles e Straus, 1998). Ameaças e acusações servem para isolar a vítima das atividades com os amigos, colegas de trabalho e familiares (McCue, 2008)

Mulheres que passaram por estas experiências violentas estão em elevado risco de doenças de coração, AVC, asma, artrites, problemas com o álcool e práticas sexuais de risco, em relação às mulheres que não tiveram experiências de abusos violentos.

#### **4. Entendimento sobre os conceitos de namoro e de violência no namoro: os constrangimentos face à investigação**

Para este trabalho de investigação estão excluídas relações entre conjugues maritais, relações amorosas entre adolescentes ou amizades platónicas. O conceito de namoro é explicado, preferencialmente, em torno dos relacionamentos heterossexuais entre jovens adultos.

Durante o desenvolvimento humano, homens e mulheres, procuram obter o equilíbrio entre a independência e o estar com os outros (Narciso & Ribeiro, 2009). Este "estar com os outros" pode ser sob a forma de conquista emocional (Bertolo & Barbará, 2006) - o namoro.

O namoro é uma prática recente e em constante mudança (Dias, 2004) não havendo consenso no que respeita à sua definição (Roses, 2006). O seu entendimento varia porque existem várias formas de relacionamentos, influenciadas pelo contexto social e cultural, pela comunicação ou pela internet (Schmittl & Imbelloni, 2011). Basta olhar para o passado histórico, para as mudanças económicas e socioculturais ocorridas no pós-modernismo, para percebermos a mudança efetuada em torno do conceito de namoro (e.g., instabilidade financeira e/ou as incertezas profissionais que levam à saída tardia de casa dos pais).

Fazendo uma apreciação restrita e simplista sobre o conceito da namoro, podemos afirmar que se trata de uma plataforma onde os jovens e as jovens procedem do estado de solteiros para o de casados, marcando o início de uma relação conjugal "independentemente da seriedade que lhe é atribuída ou do seu carácter mais ou menos formal" (Dias, 2004:268). Para este trabalho, percebemos o namoro como uma associação heterossexual entre duas pessoas que pode ir desde uma relação curta e sem compromisso até à coabitação (Béjin, 1987). Trata-se de um relacionamento romântico onde foi criada e mantida uma relação baseada na atração emocional e física (WHO, 2001). O namoro, enquanto forma de relacionamento íntimo romântico, abrange sentimentos e atitudes, por parte dos dois parceiros, um em relação ao outro, abarcando em si três características: o afeto, a confiança e a coesão (Pinto, 2009) Os dois conceitos simples de intimidade são a interação íntima e a relação íntima (Prager, 1995). Interessa ainda referir a importância da



intimidade sexual, intimidade emocional e o compromisso que devem estar presentes na natureza das relações íntimas (Clinebell, 1970).

A dificuldade em definir o namoro torna o esclarecimento sobre violência no namoro um tanto complexo. Entenda-se primeiro que, para este trabalho, violência em contexto de namoro é uma forma de violência que é praticada contra mulheres (Azambuja e Nogueira, 2007). Na tentativa de prosseguir com uma melhor definição apontamos para a do Centers of Disease Control (2014) que indica que violência no namoro refere-se à violência física, psicológica, emocional, sexual e ao assédio que ocorre numa relação amorosa, podendo ocorrer de forma presencial ou por meio eletrónico, perpetrada pelo actual ou antigo parceiro íntimo. Por sua vez, Ely, Dulmos e Wodarski (2002:34 cit. (Pérez, 2015, p. 253) definem o fenómeno pela “agressão física ou actos que provocam danos corporais, incluindo abuso psicológico e emocional, verbal ou que esteja implícito, que ocorram em privado ou em situações sociais”. A APAV ([www.apavparajovens.pt](http://www.apavparajovens.pt)) indica que o objetivo é o de controlo e dominação, a fim de ter mais poder sobre o parceiro ou parceira. Ficam de fora os casais casados e/ou divorciados (Sugarman & Hotaling, 1989). Por outro lado, no que respeita a uma possível identificação do processo da violência, (Rubio-Garay, Carrasco, & López-González, 2015) identificam três momentos que constroem a violência no namoro: a ameaça e a provocação de um dano físico, sexual e psicológico, o controlo e o domínio e, por fim, as ameaças, coerção e o dano. Estes exemplos de possíveis definições demonstram a diversidade existente nas formas de violência, assim como os diferentes contextos de actuação tornando o estudo deste fenómeno bastante complexo.

Para percebermos melhor a violência temos que envolver as suas formas de actuação. É necessário um olhar atento aos vários tipos de violência para podermos compreender a extensão do fenómeno (Duarte & Lima, 2006). Para este trabalho de dissertação serão analisadas as violências física, sexual e psicológica/emocional. Esta última, diz respeito a atitudes, comportamentos e estilos de comunicação tendo como base a humilhação, controlo, desaprovação, hostilidade, difamação, dominação, intimidação, ameaça directa de violência e os ciúmes (O’Leary & Smith-Slep, 2003). Estes abusos vão desde os insultos, chantagem emocional e pressão psicológica a violências

verbais que originam estados elevados de tensão permanente e de medo (Karli, 2002). Poderá, ainda, fazer-se uso de críticas recorrentes enquanto agressão verbal (O'Leary, 1999). Marshall (1999) introduz uma nova variável – o abuso subtil - que podemos encontrar em situações de aparente brincadeiras ou situações de preocupações. Estudos recentes apontam para o sentimento de indiferença como um novo acto comum de violência psicológica perpetrada em situação de namoro (Blázquez-Alonso, Moreno-Manso, & Garcia-Baamonde, 2012). O abuso físico diz respeito ao uso da força física (Sugarman & Hotaling, 1989). Neste sentido, empurrar, bater ou arremessar objetos, são exemplos de comportamentos agressivos. (Lewis e Fremouw, 2001). A violência sexual (coerção sexual, tentativa de violação e violação sexual) é entendida como “um comportamento cuja finalidade é compelir o companheiro a uma interacção sexual contra a sua vontade (...) desde a insistência ou ameaça, ao uso da força física” (Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996). A coerção sexual diz respeito ao acto de “penetração conseguida através do uso de ameaça ou força” (Paiva e Figueiredo, 2004:168) e, é um facto que as mulheres são as mais vulneráveis, no sentido de estarem mais propensas à vitimação sexual (e.g., Jackson, 1999). De sublinhar que estas não são as únicas formas de violência no namoro. Ficaram de lado outras formas tão importantes como estas e que devem ser tomadas em consideração para o entendimento do fenómeno. São elas, a violência económica, religiosa, o isolamento social, entre outras.

Como já foi referido, os conceitos de namoro e de violência são complexos sob o ponto de vista conceptual. Como consequência, há também inconsistências em relação ao que se entende por violência no namoro, tornando mais difícil a tarefa de avaliar os resultados, limitando o entendimento sobre a questão. Isto é, os dados variam consoante a amostra populacional da investigação, sendo difícil fazer comparações devido a distintas metodologias e estratégias analíticas. A própria definição de violência não é a mesma em todos os estudos empíricos. Os dados sobre a prevalência do problema varia consideravelmente porque, o critério de definição varia consoante a pesquisa pretendida, sendo que, as estatísticas são mais elevadas quando incluídas agressões psicológicas e sexuais, por exemplo (Lewis e Fremouw, 2001). Uma das propostas mais populares sobre violência no namoro é dada por Sugarman

& Hotaling (1989) definindo o fenómeno como ameaça ou uso da força física com o objetivo de causar dor ou ferir o outro. Porém, esta definição acaba por ser limitadora porque incorpora sobre si a violência apenas física, deixando de fora as restantes formas de violência (Duarte e Lima, 2006), como a violência psicológica, emocional ou sexual.

Em suma, a violência entre parceiros íntimos é já reconhecida como um fenómeno severo presente em contexto de namoro, quer entre parceiros em coabitação quer em relação conjugal (Barnett, Muller-Perrin e Perrin, 1997). Existem várias pesquisas que indicam que muitas das situações violentas de conjugalidade marital tiveram início na fase de namoro (e.g., Teten, Ball, Valle, Nooman, & Rosenbluth, 2009; Chan, Straus, M.A., Brownridge, Tiwari, & Leung, 2008; Mattingly & Straus, 2008; Gelles & Straus, 1988). Estes estudos são preocupantes no sentido em que percebemos que muitos destes relacionamentos são o início de relações afetivas e sexuais que chegam ao matrimónio e à formação de estruturas familiares. Sabe-se ainda que, no caso da relação se manter, a violência tende a escalar em relação à gravidade e à frequência assim como os riscos de saúde sexual (comportamentos sexuais de risco, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, etc.) (Duarte e Lima, 2006). É necessário que se trabalhe em torno da conceptualização adequada dos diversos tópicos assim como é imperativo abordar de igual modo os diferentes campos da actuação da violência. As violências perpetradas a mulheres (e também homens, crianças e idosos) deixam marcas perigosas e profundas e não é algo de novo. O que aflorou a questão foi o reconhecimento social e, conseqüentemente, a condição jurídico legal (Biizma, 2007). Deve-se olhar para este problema como um fenómeno situado numa dimensão macrossocial, no sentido em que se observam dificuldades de acesso à saúde, emprego e/ou educação, isto é, levando à exclusão social (Dias, 1998). Mais à frente iremos perceber quais as conseqüências desta violência. Que efeitos reservam à mulher e como é que a questão da violência no namoro, contra mulheres, pode considerar-se um atentado ao exercício de cidadania. Devemos perceber e ter na ideia que as jovens adultas, entre os 18 e os 28 anos, estão sob maior risco das relações violentas de namoro (Berger, Wildsmith, Manlove, & Steward-Streng, 2012).

Tão importante como os elevados índices de perpetração da violência entre o casal, é a percepção que os jovens têm face ao que é ou não violento e abusivo, ou o que é ou não permitido. Ou então, quando há a tendência para interpretar actos violentos como demonstração de amor.

## 5. A CIDADANIA NO FEMININO

O V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (VPNI) traz a si a luta contra a violência de género, enquanto forma discriminatória. Pretende promover a Igualdade entre mulheres e homens – promoção da igualdade de género (direito) – e a não discriminação em função do sexo, objetivando-se em torno de uma cidadania social plena, justa e equitativa. A promoção desta igualdade levaria a um aprofundar do desenvolvimento da cidadania social que poderia renovar as relações sociais, no sentido de uma maior igualdade. É a ruptura das relações sociais que levam a situações de exclusão social (Costa, 2005). Trabalhando o conceito de exclusão social pousamos sobre Bruto da Costa (2005) que nos reporta para o fato de alguém ou algo estar excluído. Mas excluído do quê? A nível social está excluído. A qualificação do social implica um relacionamento com a sociedade, o que leva o autor a afirmar que a exclusão social tem que ver com a cidadania, imperativamente.

Deste modo, as políticas públicas têm que estar em conformidade com estes direitos e princípios. A violência contra mulheres “não pode estar divorciada de argumentos sobre desenvolvimento sustentável e boa governança” (Arnot, 2009, p. 238). É o carácter privado deste problema que o torna invisível nas suas manifestações e, por isto, deve ser desconstruído e trabalhado porque as consequências desta violência, podem levar à exclusão social. Problemas como o isolamento, a depressão, ansiedade e outros sentimentos negativos levam à privação de uma vida digna e amputa estas mulheres do acesso a oportunidades (Iglesias & Bello, 2012). Hoje em dia, a violência situa-se numa perspectiva macrossocial em que é "experimentada pelas dificuldades de acesso à saúde, emprego, educação e cultura" (Dias 1996 cit Dias, 1998:193). E o que é isto, senão, uma forma de exclusão social.

Bruto da Costa (2005) afirma que o exercício da cidadania requer o acesso a sistemas sociais básicos nas áreas social, económica, institucional, territorial e nas referências simbólicas. Reconhece que estes domínios têm relevância e estão ligados. A negação destes sistemas, através da violência de género, contribui para um reconhecimento da exclusão social. Se observarmos a última dimensão – referências simbólicas – que está relacionada com a

subjetividade da exclusão, iremos facilmente fazer a relação com o tópico aqui estudado. Portanto, refere-se a perdas que o excluído sofre, e que eescalam com a permanência na situação de exclusão, no campo das referências: perda de identidade social, de autoestima, de confiança, de perspectivas de futuro, de capacidade de iniciativa de motivações, do sentido de pertença à sociedade, etc.

As várias teorias do patriarcado reforçam que a violência usada pelos homens tem como objetivo controlar as mulheres, afirmando que estas ocupam posições subalternas, devido à desigual distribuição do poder, o que leva à vulnerabilidade face à violência, em particular, dentro da família (Barak, 2003). Esta posição submissa, na visão de Bourdieu (2007), priva a mulher do seu direito a ser digna e ter a sua liberdade, naturalmente. Confinando-a ao papel de mãe reprodutora e esposa.

Apesar de hoje falarmos em sociedades com liberdades e de direitos alargados a todas as mulheres (International Conference on Population and Development, 1994; Four World Conference on Women, 1995; Declaration on Elimination of Violence against Women, 1993), isso não é realidade transversal a todas (e a todos). Isto é, deter cidadania não quer dizer que haja um exercício pleno e assegurado desta, como nos mostra Marshall (1967), que deixou de parte as questões das mulheres ou dos jovens como cidadãos, mesmo quando afirma que a cidadania comporta um conjunto de direitos iguais para todos.

Deste modo, a prevenção da violência de género é crucial para a erradicação da violência cometida contra mulheres, assim como o desenvolvimento pleno da cidadania feminina. A negação da cidadania, que neste trabalho se apresenta na forma de exclusão à dignidade destas mulheres (patente na Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948), confere um carater apenas simbólico a estes documentos, que deviam estruturar a sociedade. A dificuldade no acesso a direitos pressupõe uma ausência de cidadania, que devia ser inerente a todos os membros da família humana, compartilhando de integridade física e moral e o direito a um corpo são e íntegro. Tem que haver um compromisso sério para pôr em prática o projeto da igualdade. Esta, é essencial à dignidade humana devendo agregar em si todas as ferramentas possíveis para que este objetivo seja alcançado. A renovação

da sociedade passa, não só, pela acção do Estado mas também por homens e mulheres que devem ser fiéis a conceitos como o de democracia e solidariedade. O desenvolvimento humano passa por aceitar as diferenças e colocá-las sob o mesmo palco, refletir as necessidades de cada um, constituindo-se numa sociedade plena. Para isso, devemos unir esforços para lutar pela igualdade de género que fará acelerar o desenvolvimento humana, reduzir a pobreza, melhorar a governação e favorecer o respeito (OCDE,2014).

Desta forma, a igualdade de género insere-se na nova ordem jurídica das instituições internacionais que reiteram os direitos fundamentais para todos (Declaração Universal) – Nações Unidas (ONU), Conselho da Europa, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) e a Declaração da Conferência das Nações Unidas em Pequim (1995) que consolida o compromisso dos Estados para ver a igualdade de género presente em todas os programas políticos.

Em jeito final, a cidadania plena requer que as questões da igualdade sejam não só reivindicadas e colocadas em lei mas, que se traduzam em atitudes e comportamentos, em acções. Para isso, entendemos que não é suficiente actuar sobre os efeitos dos problemas mas também nas origens, evitando o seu proliferamento. Veja-se que, a igualdade para homens e mulheres é uma questão social consolidada apenas desde a Carta das Nações Unidas (1945) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Em Portugal, só com a Constituição de 1976 é que, juridicamente, homens e mulheres se consagraram iguais.

A discussão acerca das violências contra mulheres em contexto íntimo é já recorrente nos discursos e nas agendas políticas, nacionais e internacionais. Entende-se que este é um problema social reconhecido com grave incidência nas questões da saúde física e mental da mulher. As consequências são devastadoras e constituem uma luta incansável, não só devido às marcas físicas mas também, as que são deixadas a nível emocional e psicológico.

Percebe-se que estas violências se constroem sob formas de actuação e contextos distintos. Já há muito que este fenómeno deixou de pertencer à esfera privada, tendo-se tornada numa questão política aquando do seu reconhecimento. A violência no namoro representa assim uma das principais formas de violência perpetrada contra mulheres (WHO, 2013). Evidências empíricas indicam números preocupantes sobre a prevalência da violência entre casais jovens. Quando se particulariza o género na investigação percebemos que o índice de violência acentua sobre a vitimação feminina.

Não há ainda um consenso para definir conceitos como o de violência e namoro. Logo, torna-se mais complexo tentar trabalhar e analisar as violências no namoro.

Vimos que, apesar das conquistas efetuadas e colocadas em legislação, que deram poder às mulheres no sentido de controlar a sua vida a cidadania ainda está longe de atingir a sua plenitude. A questão da igualdade e dos direitos naturais das mulheres é inerente ao entendimento de direitos humanos e é fundamental para objetivarmos o progresso da humanidade. Devemos entender que hoje, as violências tomam novas formas, mais arrojadas sendo necessário delimitar opções de combate activas e efetivas.

O capítulo que se segue servirá para apresentar dois momentos cruciais na história do movimento de libertação feminina. Nomeadamente, a entrada na modernidade com os projetos do Iluminismo e da Revolução Francesa e, considerando a reemergência do feminismo, nos anos 60 e 70 do século XX, a atenção será sobre o feminismo radical e as suas importantes contribuições.



## **CAPÍTULO II – OS PERCURSOS DO FEMINISMO. APRESENTANDO O PENSAMENTO CRÍTICO E AS PROPOSTAS EMANCIPATÓRIAS DAS MULHERES**

### **6. Do pensamento iluminista e a Revolução Francesa na construção da História do Movimento de Libertação Feminina: da teoria à prática**

"(...) Longe de serem um dogmatismo, ou mesmo uma teoria, os feminismos são uma procura, um esboço, um gesto inacabado."

Maria de Lourdes Pintasilgo, Conferência no Instituto Católico de Paris,

Março, 1979

O Iluminismo fez surgir uma nova ordem política e social que se baseou no primado da autonomia da dignidade e na universalidade dos direitos humanos. No entanto, houve uma escolha criteriosa no que dizia respeito a quem tinha ou não acessos e direitos a essa tal universalidade. Como que, uma reacção a esta nova cultura, surge o feminismo na sua vertente de pensamento teórico-crítica que vem expor a insatisfação desta falsa universalidade que deixava de parte as mulheres. Apresentamos as obras de Poulain de la Barre como um momento chave para a articulação do início do feminismo teórico (Aguilera, 2009). Inicia-se assim a demanda, de homens e mulheres, pela inclusão feminina nos princípios universalistas que a cultura moderna defendia mas não cumpria.

É necessário referir que, antes do denominado Século das Luzes, já se teriam feito ouvir discursos a favor da igualdade dos sexos e protestos face à condição feminina. Apontamos a obra da italiana Cristine de Pizan (1364-1430) com *A Cidada das Damas*, de 1405, onde cria uma cidade em que mulheres detêm autoridade e onde debate a inferioridade destas, apontando soluções para a sua marginalização (Alvarez, 2002).

A primeira fundamentação sobre as desigualdades entre os sexos, com cariz emancipatório e objetivos de inclusão, foi conseguido através do pensamento teórico do filósofo francês Poulain de la Barre que, em 1673, publica sobre a *Igualdade dos dois sexos*, onde critica as desigualdades entre homens e mulheres e reforça a importância da educação para a libertação individual. Foi ele o primeiro que formulou a ideia de que “a mente não tem sexo”, defendendo o direito da mulher em participar de forma plena na vida pública, intelectual e cultural (Garzón, 2011, p. 35). Analisa o teor contraditório que existe na sujeição feminina, que contraria a natureza livre de todos os cidadãos e aponta para a negação da educação como principal problema da marginalização.

“There is no reason to think (...) that among such a large number of people enslaved in ignorance, there are none who would have made themselves much more qualified if they had been given the same opportunities as others” (Barre, 1990, p. 60)

Este autor objetiva as suas propostas não na diferença do género mas na opressão de classes (Wayne, 2011) que leva a um desnivelamento social no que respeita a oportunidades iguais para todos os indivíduos. Em 1674, surge *A Educação das Damas*, reclamando a educação das mulheres enquanto instrumento para o progresso e como arma de combate à desigualdade (Beauvoir, 2008). Percebemos que, com este autor, há uma espécie de viragem no tipo de discursos. Munõz (2001) afirma que antes, apresentava-se um discurso de vindicação sendo que, a necessidade agora, exigia um discurso no campo da construção de um ideal emancipatório.

Em relação à retórica sobre os sexos, masculino e feminino, o Iluminismo agrupa um leque vasto de considerações teóricas explicativas acerca das diferenças biológicas que baseavam as diferenças fundamentais entre homens e mulheres. A concepção sobre o sexo encontrava-se no campo da diferenciação (Outram, 2001), não uma diferença positiva mas, uma que levava à inferioridade da mulher (Lage, 2013). O próprio status feminino era contraditório. Por um lado, as mulheres possuíam o direito a ser indivíduos cívicos, perante a lei, mas, por outro, era-lhes negado o acesso ao poder público e político (Beckstrand, 2009). O que desafiava alguns contornos do

pensamento iluminista, nomeadamente, “a ideia de uma natureza humana universal e uma história humana universal, ambas tornadas válidas por possuírem uma única forma universal de racionalidade” (Outram, 1995:124).

Houve um grande esforço em definir feminilidade, concentrando o debate na constituição física da mulher, que ditava naturalmente a sua condição e o seu papel social. Os principais proponentes deste discurso foram os filósofos, que souberam conceber a mulher e o feminino como “o outro” (Ferreira M. (., 1998, p. 139) e a ciência, que constitui “a nova autoridade da sociedade” (Beckstrand, 2009: 25) ao sugerir que as mulheres seriam uma espécie diferente dentro da raça humana, cuja característica fundamental seria a função reprodutora. Logo, era inferior ao homem. Vejamos. Os séculos XVII e XVIII são épocas de ruptura no entendimento sobre a definição de homem e mulher. Observa-se uma mudança na maneira como se pensa os sexos. As influências da ciência e da medicina na construção da definição do corpo levaram a que o modelo aristotélico da antiguidade, baseado num sexo e dois géneros, fosse posto de lado (Laqueur, 2003). Isto quer dizer que, com os clássicos, centrou-se o entendimento apenas no corpo. Na altura fazia-se crer que o corpo feminino era avesso ao masculino, concepcionando-se a ideia de que seria uma outra versão do masculino, onde os órgãos reprodutores femininos eram vistos de forma invertida dos órgãos reprodutores masculinos. Isto é, trabalhava-se e concebia-se a ideia da mulher como homem invertido, onde as “representações da anatomia genital feminina são sistematicamente o desenvolvimento interno da genitália masculina externa” (Correia, 2004, p. 34). Desta forma, a vagina era vista como um pénis interior, o útero como o escroto e, os ovários como os testículos. Veja-se que, só depois da Revolução Francesa é que foi apresentado um livro representativo do esqueleto feminino que, até então, era visto como defeituoso.

Com a entrada da Modernidade, iluminad em si, observamos uma nova ideia de feminino e masculino. Impera agora a ideia de dois corpos completamente diferentes e diferenciados - o modelo moderno baseado num género e dois sexos (Laqueur, 2003).

Esta nova ideia de dois sexos completamente distintos e diferenciados consolidou-se na opinião da época. Com a questão da diferenciação dos sexos

vem também a justificação através da natureza, do que é natural. E, o que é natural, é irrefutável e intocável.

“ Com efeito, em nenhuma parte da terra homens e mulheres reinaram conjuntamente, mas em toda a parte, onde se encontram homens e mulheres, vemos que os homens reinam e que as mulheres são governadas e que, desta maneira os dois sexos vivem em boa forma” (Espinosa, 2008, p. 209).

Vemos, nesta afirmação de Espinosa que, nunca o status quo foi posto em causa devido à natureza das coisas. As mulheres sempre foram governadas e sempre resultou, logo, deve-se manter as coisas como estão. Desta forma, as contradições iluministas podem ser relacionadas com as tentativas de legitimação e controlo dos preconceitos, através da natureza.

Começa então a delinear-se a crítica à cultura iluminista que recusava às mulheres o estatuto de indivíduo autónomo, precisamente numa época em que se defendia o homem enquanto sujeito livre e igual por direito no campo económico e legal. Esta recusa levou a uma clivagem entre os direitos e a autonomia que eram fortemente embuídas a uns e à dependência ainda maior às mulheres. Foram estas discrepâncias que originaram as primeiras vozes teóricas, no final do século XVIII, por Mary Wollstoncraft, Theodor Von Hippel ou o Marquês de Condorcet.

A obra de Mary Wollstoncraft, em 1792, sobre a *Vindicação do Direitos da Mulher* expõe as contradições do pensamento iluminista sobre o sexo. Opõe-se ferozmente a Rosseau, e a outros autores, que defendiam a ideia de uma feminilidade diferente e inferior da masculina e que, não mais fazia do que, reproduzir na vida doméstica o sistema político baseado no privilégio e no poder arbitrário (Wollstnocrافت, 1792 cit Outram, 1995). A autora aponta ainda o dedo para estes filósofos que, previamente criticaram este tal sistema político baseado nos privilégios e na arbitrariedade do poder, por monarcas e aristocratas aos subditos, ou por donos de escravos sobre os seus escravos. Esta é uma das contradições que a autora fez questão de explanar face ao pensamento iluminista mas, outros mais graves surgem na sua obra, sempre que se reflete sobre o sexo.

O culto à imagem de mãe e esposa foi cada vez mais defendida por escritores do século XVIII (Ferreira, 1998) e explorada pelos artistas que tornaram a maternidade num tema popular na literatura da época, que fazia “o

chamamento para a maternidade” (Duncan, 1973, p. 583). Frizavam a natureza da mulher para o seu papel de mãe. Era irrefutável outro destino. Ou seja, o sexo teria implicações directas na construção social do género que determinaria o trato diferenciado para homens e mulheres. Estaria assim definida a imagem de feminilidade da altura, baseada na diferenciação do sexo, que atribuía a esfera doméstica à mulher, enquanto condição natural (Charlton, 1984).

O programa do Iluminismo traçava uma procura pela liberdade e pelo progresso, através da razão, para se modificar as relações do homem com ele próprio, e do homem com a sociedade (Gay, 1966; 1969). Razão que seria inata ou atingível para todos. No entanto, a mulher estaria de fora das actividades culturais devido à sua incapacidade intelectual. Esta foi outra das críticas aos filósofos e cientista da época que argumentavam sobre a irracionalidade das mulheres através da natureza. Veja-se que, por exemplo, até então se pensava que o tamanho do cérebro feminino era inferior ao do homem devido as suas capacidades intelectuais reduzidas e inferiores à do homem. Estas afirmações ajudaram a consolidar os lugares atribuídos a cada um dos sexos, nomeadamente, os lugares na vida pública. Devido à falta de racionalidade as mulheres não deviam participar na política (Landes, 1988). Ou, como Rousseau frizou, esta participação seria prejudicial para a própria vida política.

Wollstonscraft critica o ideal de virtude, característica iluminista, que tinha um duplo sentido. Isto quer dizer que, havia um tipo de virtude para os homens e outra, diferente, para as mulheres (sendo que para estas não se baseava na racionalidade) o que, para a autora se trataria de um relativismo moral perigoso que impediria o tal progresso que o Iluminismo procurava. A virtude, no caso das mulheres, detinha um sentido sexual.

Em suma, o debate do pensamento iluminista sobre o sexo baseou-se na apresentação de conteúdos que evidenciassem as diferenças entre os sexos masculino e feminino, através das justificações em factos naturais e legitimados pela ciência. A crítica deveu-se a incongruências que o pensamento iluminista arrastou consigo, devido a afirmações universalistas, baseadas na razão e na virtude mas, sem espaço para as mulheres (e outros grupos sociais de classes sociais mais baixas e outras étnias). A exclusão das

mulheres da vida pública fez alimentar um maior sentimento de hostilidade, principalmente em França. A mulher estaria assim sujeita à domesticidade e seria esse o seu destino natural. Esta ideia foi altamente legitimada por filósofos que evidenciaram o lugar natural da mulher no seio familiar e que veio anular os direitos destas na vida pública e política. Está assim aberta o debate argumentativo, de cariz activista para a luta pela emancipação feminina.

A prática do Iluminismo abriu portas para uma política exclusivamente masculina e, de tal forma, esta teoria universalista tornará a ser alvo de ferozes críticas aquando da **Revolução Francesa**. É este período que será aclamado como o segundo momento chave caracterizador da luta das mulheres. Assistimos a uma passagem teórica para o campo da prática com um movimento cada vez mais em expansão, que atravessará para o campo da organização social.

A Assembleia Nacional Francesa aprova, em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Decididamente, estávamos perante o obituário do Antigo Regime, destruído pela Revolução Francesa (Lefebvre, 2005). Oficialmente, estava proclamada a concepção dos direitos individuais que prometia igualdade e liberdade a todos. No entanto, esta revolução não tem implicações favoráveis na já, bem definida, condição feminina. Tinha-se desenvolvido a teoria da domesticidade, transversal a todas as mulheres, e que fora altamente reiterada pelas concepções anteriormente preconizadas pela ciência e por escritos filosóficos (Amâncio, 2004). Na altura da Revolução Francesa, esta teoria já tinha sido assimilada à cultura dominante da época. Não era considerado natural para qualquer mulher, sair do seu espaço natural – a esfera privada. Todos os actos desviantes eram considerados um atentado, e uma ofensa, à virtude feminina e ao seu papel de mulher e mãe que não devia ser posto em causa. Foi o caso de Olympe de Gouges, que subiu ao cadafalso em 1793. Mas, já voltamos a Olympe de Gouges.

A Revolução Francesa demarcou-se pela sua mística à igualdade e aos direitos universais. No entanto, para as mulheres, este acontecimento nada mais foi que a extensão de um projecto inovador mas, com uma limitação bem

clara, acento no sexo – a exclusão feminina. Nem a revolução trouxe a mudança pretendida. Às mulheres continuava-se a negar o direito à educação e à cidadania, confinando-as ao espaço doméstico. No entanto, é durante este acontecimento revolucionário, que vimos aparecer “não só o forte protagonismo das mulheres (...) mas a aparição das mais contundentes exigências de desigualdade sexual” (Álvarez, O feminismo de ontem e hoje (Ana Barradas tradução), 2002, p. 19).

A revolução francesa marca a história do feminismo (parte dela) através do surgimento de um movimento coletivo, cujas fortes protagonistas foram as mulheres. Aquando da convocação dos Estados Gerais, por parte do Rei Luís XIV, no período anterior à revolução, os três estados (Clero, Nobreza e povo) foram convocados a redigir e apresentar as suas queixas ao rei. Para este feito, as mulheres estão proibidas de participar e, face a esta marginalização, estas denominam-se de “terceiro estado do terceiro estado” e começam a redigir os seus próprios cadernos de queixas (Garzón, 2011:41).

Outro momento que caracterizou a dianteira feminina foi quando as parisienses, em Julho de 1789 marcharam para Versalhes e, três meses depois, trouxeram o rei para Paris, protagonizando o momento em que mulheres deram início a um movimento popular armado, de cariz político, sem precedentes (Duhet, 1974). Este gosto pela participação activa levou ao surgimento e formação de clubes de mulheres. Foi criada a *Confederação de Amigas da Verdade* impulsionada por Etta Palm d’Aldens que, em 1790, apresenta o seu *Discurso sobre a injustiça das Leis a favor dos Homens* defendendo os direitos políticos das mulheres; foi fundado o Clube dos Amigos e da Lei, em 1790, por Théroigne de Méricourt que, em 1792, incitou as mulheres à organização de um corpo armado (Garzón, 2011). Outro surgimento importante foi o caso das sociedades mistas, como a Sociedade Fraternal dos Patriotas dos dois Sexos, em 1791, ou de raiz puramente feminista, como a *Société Republicaine Revolutionnaire*, de Claire Lacombe e Pauline Léon, em 1793 (Dimand & Nyland, 2003). Foram criados 56 clubes republicanos femininos, onde se debatia o direito à educação, ao trabalho, ao voto, a alguns direitos dentro do matrimónio e ainda, a abolição da prostituição (Garzón,2011). Estamos, então, perante um modo distinto de fazer a luta. Observamos a passagem de um gesto individual de pensamento crítico para o



movimento coletivo (Álvarez, 2002). Porém, depressa se aperceberam que “uma coisa era a República agradecer e condecorar as mulheres pelos serviços prestados e outra estar disposta a reconhecer-lhes qualquer função além da de mãe e esposas” (Álvarez, 2002:21). Veja-se o caso da petição do Marquês de Condorcet(1743-1794), que exigia que a nova República educasse igualmente mulheres e homens, e que fora posta de lado.

Em 1790, Condorcet publica o Ensaio Sobre *a Admissão das Mulheres ao Direito de Cidadania* onde reclamava para as mulheres o direito à educação, direito político e trabalho. É um dos ferozes críticos ao programa universalista fraudulento que excluía as mulheres. Seguramente, o ano seguinte contará com o que consideramos dos maiores legados da História das mulheres (e da humanidade).

Com a revolução, sentimentos de esperança e de progresso faziam-se sentir. De Gouges via neste novo ideário, repúblicano, a possibilidade em alcançar igualdade entre homens e mulheres, assim como mais e melhor educação para as mulheres. Porém, em Outubro de 1791, a Assembleia Constituinte aprovou uma Constituição que negava direitos de cidadania às mulheres. Indignada, redige e publica a sua própria *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, inspirada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Apela à rebelião feminina e à luta contra o “preconceito, fanatismo, superstição e mentira” (Gouges, Robinson, Stanton, Cage, & Schreiner, 2002, p. 19) afirmando que “a mulher nasceu livre e igual ao homem nos seus direitos” (Gouges et al., 2002:15 art.1). Direitos esses como “a liberdade, a propriedade, a segurança e, especialmente, a resistência á opressão” (Gouges et al. , 2002:11 art.2). Era defensora da união livre e do divórcio e da abolição da escravatura dos afroamericanos A Revolução Francesa não trouxe a mudança que muitas anceavam mas sim, um sentimento de amargura e impotência. Perdia-se aqui a primeira luta no que diz respeito à tentativa de aceder à tribuna e aos direitos fundamentais. Em 1793 é presa e acusada de se juntar à causa gerondina, depois de ter criticado Robespierre. É condenada à morte. Para Scott (1998:84 cit Scavone, 2003, p. 26), a morte de Olympe de Gouges (assim como a de outras activistas) marca bem a história turbulenta e injustiçada do Feminismo:



“prefigura a sorte crónica do feminismo: nascido da República, ele foi reiteradamente condenado à morte por esta mesma República”

Ainda no ano de 1793, antes da morte de De Gouges, é decretada uma proibição às mulheres no que respeita às actividades políticas, justificando que “uma mulher não deve abandonar a família para se imiscuir nos assuntos do governo” (Gouges et al., 2002:12) e, ainda, porque estas careciam de “moral e força física” (Garzón,2011:44). Este pensamento vai ao encontro de um outro, cem anos antes, apoiado por Espinoza (2008), que colocava em causa o papel da mulher na política, insistindo para que “a prática política exige determinadas características próprias da virilidade, ligadas à força (...) [e] a natureza das mulheres não é própria ao exercício de tais funções” (Ferreira, 1999 p. 44)

Esta mesma convenção proíbe e extingue todos os clubes de mulheres, afirmando que estas não deviam debater o político, por não se encontrar nas suas funções naturais – as de mãe e esposa. (Garzón, 2011). No ano de 1795 as mulheres não tinham direitos políticos nem de cidadania. Foram proibidas nas assembleias públicas, na Tribuna, nos clubes ficando sujeitas às vontades masculinas e limitadas ao seu sexo, que as condicionava e lhes impunha uma vida que, à partida, seria de sujeição. E, em 1804, com o código napoleónico, eleva-se a figura do marido à de chefe de família e é reforçada a menoridade cívica das mulheres, por se considerar crianças e incapacitadas (Gouges et al., 2002). Isto é, a tutela das mulheres passaria do pai para os maridos.

Em Inglaterra , nos inícios do século XVIII, descobre-se a máquina a vapor e, este país, torna-se no primeiro país industrializado, cujo novo modo de organização económica era o capitalismo. Aliado a este processo, vemos também aqui surgir manifestações vindas da Revolução Francesa. Mas antes disso, vivia-se a época dos salões literários, onde homens e mulheres criavam grupos informais de discussão. Estas mulheres, aristocratas ou da classe média, reclamavam um novo contrato social em que a racionalidade e o acesso ao espaço público não fossem do exclusivo masculino (Gouges et al., 2002). Faziam-se reflexões críticas das contradições do iluminismo e da ideologia liberal, que apregoava pelo indivíduo igual e livre mas que excluía as mulheres

e os escravos. Desta forma, dava-se início a um debate que estaria a por em causa a velha ordem patriarcal.

No entanto, nos finais do século, estes mesmo salões entraram em decadência, assim como a sua influência ideológica e, para as mulheres, “a sua intromissão na área política foi considerada intolerável” (Gouges et al., 2002:34). Fizeram-se ouvir as vozes do descontentamento, contra as limitações femininas. Entre elas, Mary Robinson, Elizabeth Carter, Lady Mary Wortley Montagu, Elizabeth Montague, Hannah More, Hister Lynch Piozz e Mary Wollstoncraft, com a notável *Vindicação dos Direitos da mulher*.

Em suma, percorrendo a História entre o Iluminismo e a Revolução Francesa, é possível afirmar que este foi o tempo de ruptura político-ideológica, através do rompimento de determinados valores do Antigo Regime. No entanto, foi difícil se distanciarem de certos comportamentos e preconceitos, que estariam enraizados nos valores culturais e sociais e que se refletiam nas relações entre homem e mulher e mulher e sociedade. Esta transformação no pensamento da altura, centrada no questionamento do poder, traduziu-se na resistência da ciência e dos filósofos iluministas em aplicar, na sua totalidade, o projeto do iluminismo (Amâncio, 2004). Vimos o surgimento um modelo de dois sexos que se justificou pela diferença sexual, entre homens e mulheres. Este modelo vem então reforçar a definição de feminilidade e do que isso acarreta para as mulheres. O corpo reprodutivo irá delinear o papel da mulher. Foi criado para fundamentar o género (Laqueur, 2003). Desta forma, homens e mulheres são seres diferentes porque detêm essências e virtudes diferentes, logo, posições e papéis sociais distintos. Para Laqueur (2003) a biologia determinou que assim fosse, com a caracterização anatómica da mulher, criando uma relação entre a natureza biológica da mulher e os aspectos culturais, isto é, o útero é que condiciona a mulher ao lar. O modelo de um género e dois sexos desenvolve-se a partir do feminismo enquanto particular, em relação ao masculino, conferindo um sentido hierárquico à diferença entre os sexos (Amâncio, 2010).

A condição da mulher irá ser contestada por vozes, femininas e masculinas. Olympe De Gouges rebela-se contra a República e contra exclusão das mulheres, dando início a uma tradição crítica “da natureza desta

democracia” (Varicas, 1995:44 cit Scavone, 2003:26). A Revolução Francesa constituiu uma amarga derrota na luta feminista mas, este acontecimento foi particular e constituiu um marco importante na sua História. O feminismo fica marcado pela passagem do gesto individual de pensamento teórico para um movimento de acção coletiva. A questão da condição feminina e a sua luta é trazida para a esfera pública, logo, torna-se uma questão política (Fraisie, 1991).

A demanda pela igualdade fez-se ouvir durante e após a Revolução Francesa e coincide com uma posição de luta pela liberdade face à sujeição sexual que imperava. Isto é, pretendia-se alcançar todo o tipo de liberdades, todas que os homens tinham direitos, acabando com o determinismo biológico. Desta forma, a comparação entre homens e mulheres deixa de ser a temática central para se refletir sobre igualdade (Fraisie, 1991).

Com o final do século, a condição da mulher em nada era gratificante ou cómoda. Inúmeras vozes se fizeram ouvir mas, sem sucesso, tendo originado em alguns casos, finais trágicos.

## **7. O contributo do feminismo radical e a questão da conscientização feminina: “Women are messed over, not messed up!”<sup>1</sup>**

O **feminismo radical** é reconhecido como umas das teorias do movimento de libertação das mulheres (Marques, Nogueira, Magalhães e Silva, 2003) integrando a segunda vaga do feminismo para uns (Kaplan G. , 1992) ou, constituindo-se na alçada do feminismo contemporâneo, para outros (Álvarez, 2002). Surge nos EUA, nos finais da década de 60 e inícios de 70 (Beyson, 1992) e tem como nomes de referência o de Kate Millett (1996), Shulamith Firestone (1976) ou Andrea Dworkin (1976) (entre muitos mais). Este feminismo despoletou com a emergência de “grupos de reivindicações de direitos civis, movimentos estudantis, movimentos anti-guerra e com o nascimento da New left” (Costa, 2003, p. 80). Todos estes movimentos agregavam em si particularidades que agradaram às feministas radicais que, aversas ao feminismo liberal e marxista, acreditavam que a luta pela emancipação passaria pela abolição do sistema patriarcal e não apenas por mudanças legislativas de direito ao voto e por questões laborais (O’Kelly, 2003).

Apontaram o poder masculino como o resultado da legitimação das estruturas legais, políticas, familiares e culturais que estavam inseridas na sociedade patriarcal. Esta época traduziu-se numa percepção de que a condição feminina era consequência das estruturas sociais e não dos problemas pessoais de cada mulher (Schouten, 2011), problematizando a questão com o slogan “o pessoal é político” (Hanisch, 1969). Reiteiraram os princípios ideários de Simone de Beauvoir (2008), e a sua obra *O Segundo Sexo*, argumentando que as diferenças entre os mulheres e homens não são resultado do sexo biológico e, dito isto, o género vai sendo construído culturalmente. Esta autora reflete ainda sobre as desigualdades hierárquicas nas relações entre os dois sexos que originam assimetria de poder.

Para as feministas radicais, as causas da opressão feminina são estruturais. Demarcam-se por enfatizar a estrutura patriarcal como principal

---

<sup>1</sup> Frase retirada de carolhanisch.org . Versão original do texto “*The Personal is Political*”, 1969, editado do memorando 1970 Anthology, Notes from de Second Year: Women’s Liberation. Editado por Shulamith Firestone e Anne Koedt.

legitimadora da reprodução de desigualdades entre homens e mulheres (Costa, 2003). A distribuição igualitária do poder económico, social, político e cultural para homens e mulheres e a questão da cidadania plena, nos seus direitos e deveres para as mulheres, esteve na base dos ideais de luta feminista.

Foi nesta época que vimos ser trazido ao discurso político a questão da violência contra mulheres em contexto íntimo, pelo movimento de conscientização de mulheres. E ainda, vieram “colocar em causa os papéis sociais atribuídos às mulheres” através da denúncia da “exploração pelo homem, do androcentrismo e do patriarcalismo” (Garcia, 2008, p. 155). As vozes das mulheres fizeram-se ouvir apontando importância teórica (e prática) do objeto de estudo “mulheres” enquanto ponto de análise e enquanto “coletivo social” (Magalhães, Pinto, & Tavares, Os Feminismos e a UMAR: uma reflexão a propósito de "aprofundar" a democracia no mundo da vida", 2003, p. 22).

O desenvolvimento da **consciência feminina** e feminista está relacionado aos conhecidos *consciousness-raising groups*. Estes grupos de conscientização são considerados fundamentais, sendo a pedra basilar inicial para o desenvolvimento da ideologia e pensamento feminista dos anos 60.

Os *consciousness-raising groups* foram uma re-interpretação da prática revolucionária chinesa *speaking bitterness* (Mitchell, 1973 cit. Nassi & Abramowitz, 1978). Refere-se ao momento em que os camponeses chineses, subjugados à pobreza e à coerção da violência percebem, através do *speaking bitterness*, que este destino não era algo natural. Tratou-se de um processo que consistiu em trazer à consciência a opressão inconsciente. Desta maneira, na medida em que a opressão das mulheres está escondida da consciência há uma tendência destas para naturalizar o problema. A reinterpretação dos *speaking bitterness* em *consciousness-raising groups* aconteceu em 1965, pela mão das New York Radical Women. Para o presente trabalho serão tratados como grupos de conscientização feminina. Estas “sessões analíticas” (Hanisch, 1969:4) constituíram uma proposta teórica importante no sentido em que deram voz a um grupo social marginalizado e ostracizado. Esta estratégia serviu para “despertar a consciência latente das mulheres, possibilitando assim a re-interpretação política das suas vidas” (Costa, 2003:81).

Allen (1970, pp. 7-10) refere-se a estes grupos como um "lugar livre" e caracteriza estes grupos como ferramenta para "pensar sobre as nossas vidas, a nossa sociedade e o nosso potencial para sermos indivíduos criativos". Percebe-se então que estes grupos tornaram-se mais do que simples grupos de reunião e isso muito se deveu a contextos socio-político específicos da época. O movimento centrou esforços na luta contra as limitações e a falta de oportunidades das mulheres, apontando o sexo como instrumento propiciador das discriminações. Desde meados dos anos 60 ao início dos anos 70 os grupos de conscientização consistiram na preocupação de analisar a natureza e a extensão do papel subserviente da mulher na sociedade, da "opressão psicológica" e da discriminação das instituições sociais existentes (Hole e Levine, 1971:169 cit. Kravetz, 1978). Estes grupos foram responsáveis pela construção da teoria feminista que veio desenvolver pressupostos e estruturas para um modelo de conscientização plena, através da análise das experiências daquelas que participavam nestes grupos. Na altura dos anos 70 o movimento de conscientização ganhou proeminência fora de grupos de Libertação das Mulheres, sendo criados grupos dentro dos círculos de amigas (Kravetz, 1978).

Estes grupos foram uma forma das mulheres lidarem com o problema dos estereótipos e da discriminação em função do seu sexo (Kravetz, 1978). A razão para a existência destes grupos, segundo Hanisch (1969:4), não seria para resolver problemas pessoais até porque, uma das primeiras descobertas feitas nestes grupos foi que "problemas pessoais são problemas políticos. Neste momento não há soluções pessoais. Existe apenas acção coletiva para uma solução coletiva". Entende-se com isto que, a questão das violências praticadas a mulheres, assim como as demais discriminações e marginalização deve ser uma luta pela acção coletiva pois este é um movimento que liga o pessoal ao político, edefende que a libertação pessoal só ocorrerá com a mudança social (Allen, 1970). A conscientização torna-se assim num instrumento que visa a transformação social, baseado na consciência crítica. A ideia por trás desta premissa é que, só quando for possível uma conscientização dos sistemas sociopolíticos, numa perspectiva macro, que moldam as experiências de vida, é que as pessoas serão capazes de tomar medidas para mudar as realidades e desafiar a estrutura opressora para uma mudança social. Estes processos de conscientização são práticas "que envolve

não apenas a transformação do eu mas também a transformação social e política (McLaren, 2002, p. 155).

Allen (1970), na obra *Free Space*, escreveu sobre a conscientização das mulheres e identificou quatro fases caracterizadores do desenvolvimento destes grupos. A primeira refere-se à abertura - *open-up* - que se refere ao momento das revelações pessoais, ocorrendo num espaço de confiança e que, de seguida, nos leva para a fase da partilha - *sharing*. Nesta, as mulheres reconhecem os problemas que tinham em comum, que partilhavam, construindo deste modo uma experiência coletiva. A terceira fase, a de análise, destas mesmas situações e informações construídas por todas, que culminava com a fase da abstração, referente ao desenvolvimento da ideologia e das ações feministas. Ainda esta autora, entende que o objetivo é alcançar um entendimento das condições das mulheres através dos seus testemunhos, enquanto vítimas da opressão masculina.

Portanto, este processo a que se deu o nome de conscientização feminina definiu-se a partir da partilha e da análise das experiências das mulheres. Os grupos de partilha serviram para educar e para criar uma base social de preocupação sobre os problemas que as mulheres passavam. Pretendia-se “uma nova mulher, uma nova cultura e uma nova forma de vida” redefinindo aquilo que “que é pessoal do que é político” (Rowbotham, 1973, p. 14). Valorizou-se a experiência, as emoções e as subjetividades que serviram como modelo teórico e metodológico da produção de conhecimento no feminino. Como Magalhães (2007, p. 232) explica, os anos 60 foram palco para se dar “vez e voz às mulheres, às experiências individuais, às subjetividades”. Estas vozes que se fizeram ouvir vieram reforçar a importância teórica (e prática) do objeto “mulheres”, enquanto “coletivo social” (Magalhães, Pinto e Tavares, 2003:22) deixando de parte o foco na perspectiva do sexo biológico. Este coletivo social representa uma oposição ao individualismo liberal que “nega a realidade dos grupos” (Young, 1997, p. 17).

## 7.1. O sistema patriarcal

Quando se iniciou o movimento das mulheres batidas, nos EUA, em meados de 70, a teoria que prevalecia face ao problema dos homens baterem e abusarem das mulheres era de que estes agressores seriam mentalmente doentes, podendo ser curados através da medicação ou tratamentos psiquiátricos. Imediatamente, esta teoria, levantou uma vaga de criticismo por parte das ativistas feministas, que olhavam para a estrutura patriarcal na sociedade como determinante para explicar esta violência (McCue, 2008). Estas explicam que a violência ocorre porque existe uma distribuição assimétrica do poder entre homens e mulheres, nas sociedades, que é resultado das desigualdades entre género (Yllo, 2005). Estas desigualdade estão instauradas e enraizadas num modelo social patriarcal de dominação masculina que legitimava a natureza destas violências (Araújo & Mattiolo, Género e Violência, 2004). Deste modo, a violência é usada como instrumento para exercer domínio e controlo sobre as mulheres, mantendo-as numa posição de submissão. O que quer dizer que a violência pode ser utilizada como forma de poder masculino na relação e, pode também, recorrer-se desta para manter o estado actual das coisas (Foreman e Dallos, 1993; Hearn, 1996 cit. Gonçalves e Machado, 2002). Para algumas autoras a violência masculina é uma maneira de controlo social sobre as mulheres (e.g., Brownmiller, 1993; Hanmer, 1978; Hanmer & Saunders, 1984) e o elemento da dominação é essencial (Walby, Theorizinh Patriarchy, 1990). Hanmer e Saunders (1984) envolvem a categoria Estado na análise do fenómenos, atribuindo-lhe um papel dinâmico de perpetuador do problema.

Já percebemos que o movimento feminista fez eclodir mudanças sociais e políticas (Oliveira & Souza, 2006) e que, juntamente com essas mudanças, observamos o aparecimento de novos estudos sobre a natureza das violências exercidas a mulheres. Vamos centrar este estudo no sistema patriarcal, essencial à análise das desigualdades de género (Walby, 1990) assim como o poder masculino na sociedade patriarcal.

O sistema patriarcal é a estrutura mais importante de repressão e opressão da mulher (Charles, 1996). O conceito de patriarcado foi apropriado pelas feministas radicais para denunciar as relações de opressão e exploração



que as mulheres sofriam (Tavares, 2000), resultando na anulação da autonomia da mulher (Izumino, 2005).

Percebe-se, portanto, que o patriarcado está na natureza das violências, porque se fundamenta na biologia sexual e no género (Weedon, 1987) originando a distribuição desigual do poder entre homens e mulheres (Yllo, *Through a Feminist Lens. Gender, diversity and violence: extending the feminist framework*, 2005) levando à desvalorização da "identidade feminina" (Saavedra, 2010, p. 25). As feministas radicais vão mais longe e afirmam que o sistema patriarcal não advém de nenhum outro sistema desigual de classes e não é produto do capitalismo (Walby, 1990). Objetivam-se ainda em torno da sexualidade, como maior forma de dominação masculina sobre a mulher (Câmara, 2009). A dominação patriarcal entende a violência como uma expressão do patriarcado, onde a mulher é vítima do controlo social masculino (Izumino, 2005). Senão veja-se, a comprovar esta relação, estão estudos que analisam e demonstram que é mais improvável a ocorrência de maus tratos à mulher por parte de homens quando coabitam numa sociedade mais igualitária (Gelles & Loseke, 1993). Só quando houver relações igualitárias entre homens e mulheres é que haverá uma mudança significativa na sociedade (Roubotham, 1992). É a partir desta premissa que o movimento feminista catalisa o seu esforço.

A perspectiva feminista entende que a violência de género é traduzida sob várias formas de controlo e poder (Izumino, 2005) e que são distintas as formas de subordinação das mulheres, na sociedade (Walby, 1990). Controlo e poder são conceitos centrais neste paradigma feminista (Almeida M. (., 2010).

## **7.2. O género**

Na literatura corrente, o conceito de violência de género é muitas vezes utilizado como sinónimo de violência doméstica ou para designar a violência contra mulheres, exercida por homens (Araújo, 2008). Assumimos aqui que este conceito é bem mais amplo porque incide, abrange e acontece sobre as

peessoas, em função do seu género, não distinguindo homens ou mulheres (Strey, 2004). Este tipo de violência supera o espaço doméstico no que respeita à sua actuação. Predomina na esfera pública, nas relações sociais, amorosas e sexuais, assim como também as podemos encontrar nas relações laborais. Enfim, existe violência de género onde haja relações de poder, de dominação-opressão, independentemente de ser o homem ou a mulher a dominar. Aliás, veja-se que os estudos sobre masculinidade tem ganho na última década o status de estudos de género, revelando a relação dialética entre os dois sexos nas relações sociais (Puleo, 2005) e problematizando a questão da violência de mulheres sobre homens (Machado & Araújo, 2004). Como já foi atrás referido, importa aqui analisar a violência perpetrada por homens contra mulheres.

O conceito de género surgiu no intenso debate que o feminismo radical das décadas a partir de 60 gerou. Difundindo-se de imediato nas Ciências Sociais que não ficaram alheias ao processo político que se desenrolava. Pretendeu-se colocar a questão das diferenças entre os sexos no panorama da investigação social, através do conceito de género, enquanto categoria de análise (Amâncio, O género no discurso das ciências sociais, 2003). Até ao início de século XX género e sexualidade assentavam numa base directa entre o corpo e o sexo, de homens e mulheres, naturalizando e definindo a identidade social de cada um (Marques, 2010). Em 1975, com o artigo de Gayle Rubin *The Traffic in Women: notes on the "political economy" of sex*, começa a entender-se o género como a identidade e os comportamentos que estão culturalmente vinculados ao domínio sexual (May, 2014). A importância do género enquanto categoria de análise baseia-se no seu questionamento face aos papéis sociais destinados a homens e a mulheres, utilizado para teorizar a questão da diferença sexual. Falar de género, em vez de sexo, é alertar para que a condição feminina não está castrada pela natureza, pelo que é biológico e natural. É, no entanto, a construção e a "organização social da diferença sexual" (Scott, 1998, p. 15), o resultado de uma construção simbólica dos discursos que configuram os sujeitos. Portanto, devemos tentar desmistificar estes discursos.

Nye (2005: 1937 cit. Marques, 2010, p. 41) afirma que "fragmentou-se o sexo completamente, dividindo o corpo sexual em sistemas com funções inter-relacionadas". Discute-se sexo e género (e também sexualidade) enquanto

categorias analíticas distintas. Foi a partir deste desenvolvimento, de cariz científico e concetual, que o conceito de sexo deixou de ser considerado elemento para descrever e definir mulheres e homens.

Não devemos esquecer o papel importante de Simone de Beauvoir, com a sua obra *O Segundo Sexo* (2008), que abriu portas para a ruptura entre o natural e o cultural. O debate fez surgir a problematização sobre relações de poder. O que é ser feminino e o que é ser masculino? Contrariamente ao século XVIII em que percebemos que a biologia definia a mulher na sociedade agora, e como explica Beauvoir (2008:13) “é o conjunto da civilização que elabora esse produtos intermediário entre o macho e os castrado que qualificam de feminino”, o que quer dizer que são as sociedades que conferem sentido à diferença, porque é o género que organiza a vida social.

Esta nova perspectiva, centrada no género, ou paradigma do género, implica que termos como feminino e masculino sejam percebidos e considerados na sua historicidade (Magalhães, 2007). O uso deste termo reflete a interpretação de como as culturas/sociedades interpretam a diferença sexual entre homens e mulheres (Ruas & Rabot, 2012). Isto é, reflete o carácter social das diferenciações baseadas no sexo e a rejeição deste termo que, epistemologicamente, se refere à condição biológica dos homens e de mulheres. Ao passo que género refere-se a um "sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquias entre os sexos " (Schiebinger, 2001, p. 45). Deste modo, este termo passa a representar uma nova categoria de análise, fundamental para produzir (nova) ciência e para transformar as estruturas sociais.

Foram aqui apresentados apenas dois momentos caracterizadores do movimento de libertação feminina. Muito há para ser escrito e contado. Pretendeu-se aqui apresentar uma história do pensamento crítico e emancipatório feminista, apontando (algumas) as reivindicações diversas que talharam o processo de luta das mulheres. O Iluminismo e a Revolução Francesa constituíram marcos importantes para o pensamento crítico. O primeiro de cariz teórico e, o segundo, transformado em gesto colectivo de cariz emancipatório. Avançando para os anos 60 e 70 do século XX as propostas femininas centraram-se em extinguir o sistema patriarcal e um

conjunto de relações sociais desiguais que eram baseadas no gênero. Defendeu-se aqui políticas de cariz social com vista à transformação não só de atitudes mas também, capaz de alterar as relações de poder que eram legitimadas pelas estruturas patriarcais que privilegiavam os homens. Os grupos de conscientização surgiram como estratégia teórica para, a partir da consciência pessoal, construir um modelo de reflexão e de prática para a transformação social.

Devemos olhar para o feminismo enquanto teoria, pensamento e prática social, política e cultural cujo principal objetivo é terminar com a opressão das mulheres, garantindo igualdade para todos os seres humanos e, como consequência, alcançar uma sociedade sã e plena de justiça (Aguilera, 2009).

## PARTE B – ESCOLHA METODOLÓGICA, MÉTODOS E CRITÉRIOS EPISTEMOLÓGICOS

---

O objetivo das práticas metodológicas é a aproximação a um determinado objeto de estudo, tendo em conta que nenhum método consegue monopolizar em si todo o conhecimento sobre um determinado tópico. As questões e objetivos colocados no início desta investigação acabaram por ditar a escolha do que achamos ser o método mais apropriado. A escolha recaiu, portanto, na metodologia qualitativa, empregue em todo este trabalho de investigação.

A pesquisa qualitativa reúne em si um vasto leque de orientações teórico-epistemológicas mas, para esta investigação, fundamentamos a pesquisa através de uma abordagem teórica feminista. A pesquisa feminista está imbuída de preocupação teórica, política e ética, o que a torna distinta na e para a pesquisa social (Ramazanoglu & Holland, 2002). Em pesquisa qualitativa não existe um guia exclusivo de análise dos dados. Ao investigador cabe “as decisões sobre o seu método de exposição” dando-lhe liberdade para apresentar uma “multiplicidade de significados existentes” (Janesick, 1994 cit. Dias, 2004:267). Pretendemos, portanto, atribuir significado ao fenómeno da violência contra mulheres em contexto íntimo de namoro. Esta premissa levou-nos à escolha da técnica de análise - os grupos de discussão focalizada (focus group) pois pretendeu-se reunir o maior número de percepções distintas sobre o tópico abordado.

## 8. A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA NA INVESTIGAÇÃO

Investigar e fazer investigação são processos inerentes à atividade humana. São como que uma necessidade intrínseca presentes em todas as etapas da vida humana. O ato de questionar transporta-nos para a dimensão da própria investigação. A necessidade de questionar está relacionada com o desejo de perceber e dar sentido ao que ocorre à nossa volta. Desta feita, a construção do saber objetiva-se para “conhecer o funcionamento das coisas, para melhor controlá-las e fazer previsões melhores a partir daí” (Laville & Dionne, 1999, p. 17). Para acedermos ao conhecimento, à compreensão do objeto de estudo, é essencial munir a investigação de práticas metodológicas que nos levem “num processo sistemático, flexível e objetivo de indagação” (Coutinho, 2011, p. 7). O objetivo da metodologia, para além dos resultados do método científico, passa também pela riqueza “do processo em si” (Kaplan, 1998, p. 23).

O objetivo deste estudo passa por aceder às dimensões internas, aos “pormenores descritivos” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 16) repletos de riqueza e significação. Pretendemos trazer para o discurso científico a subjetividade como forma de transpor o conhecimento (Almeida & Freire, 1997) e “recusar o primarismo das evidências imediatas da atitude natural” (Luz, 2002, p. 10) atribuindo significações e sentidos aos comportamentos e práticas realizadas e produzidas por homens e mulheres.

Para alcançarmos os objetivos deste estudo nada fará mais sentido do que os procedimentos qualitativos. Estes possibilitam uma maior relação de intimidade com o sujeito-objeto para podermos aceder ao conhecimento descritivo e compreensivo (Santos, Um discurso sobre as ciências (2Ed.), 1988).

Esta metodologia científica contraste com a metodologia quantitativa onde o conhecimento afere das medições e onde o que não pode ser quantificado é entendido como “cientificamente irrelevante” (Santos, 2000, p. 63). Ora, não é possível quantificar sentimentos, comportamentos ou escolhas nem transformar subjetividade em dados quantitativos. Veja-se que a ação humana e os fenómenos sociais estão imbuídos de subjetividade, devido à

complexidade das atitudes mentais e dos sentidos que o sujeito atribui às suas ações (Coutinho, 2011).

Percebemos que o conhecimento humano está em constante movimento (Bragaglia, Panceri, & Stelmack, 1995), não é definitivo nem estanque. Há sempre a possibilidade de revisão porque nada impede que, futuramente, se façam revelar conhecimentos melhorados e mais precisos do que os de hoje. Representa um *continuum* de carácter dialético e progressista em que avanços e retrocessos são determinantes e determinados, estando no centro das condições históricas e culturais onde as ciências sociais são construídas (Machado, 2007). Enquanto investigadora, posiciono-me numa posição de humildade e alerta em relação àquilo que ainda há por revelar e aprender.

### **8.1. Objetivos do trabalho de investigação**

O presente trabalho pretende contribuir para a construção de modos de compreensão

- a) da natureza das violências exercidas contra mulheres;
- b) sob a forma como a amostra participativa entende o problema

Não se pretende com o objetivo primeiro atribuir uma veracidade explicativa do fenómeno da violência contra mulheres mas sim atribuir significados vários ao tópico em questão, através da promoção do debate. Os grupos de discussão são essenciais para captar não só a multiplicidade de visões mas também porque, a análise da conversa, permite ser uma ferramenta da crítica social e política (Wilkison & Kitzinger, 2008). E, relativamente ao segundo tópico, objetivou-se o interesse em “compreender as percepções individuais do mundo” através da “compreensão, em vez da análise estatística” (Bell, 1997, p. 20).

### **8.2. Participantes**

Para este trabalho de investigação participaram onze (11) jovens adultas, estudantes do ensino superior da Universidade do Porto. O processo de escolha das participantes foi realizado através de convite para a livre participação e estruturado sobre os seguintes critérios: a) as participantes teriam que ser do sexo feminino; b) jovens a frequentar o ensino superior na Universidade do Porto; e c) moradoras da residência universitária X. Não houve nenhum critério em relação à experiência pessoal destas participantes, relacionado com o tópico da investigação.

As idades das participantes varia entre os 18 e os 29 anos, sendo que a média de idades é de 24,8 anos. Todas são estudantes da Universidade do Porto, de cursos de Licenciatura ou Mestrado distintos, na sua maioria.

Por se tratar de um grupo cujas participantes se conheciam, eram companheiras de casa, o ambiente foi totalmente descontraído e informal.

### **8.3. Procedimentos da recolha de dados: sessões de discussão focalizada**

#### **8.3.1. Sobre a técnica de discussão focalizada – “focus group”**

Um dos principais pilares estruturantes para qualquer investigação, seja qual for a sua natureza, é a metodologia. O desenho metodológico de uma investigação científica torna-se fulcral porque esta opção, a nível de procedimento de escolha e tratamento dos dados, é fruto do caminho que o investigador escolhe para produzir conhecimento.

Desta maneira, a nossa escolha recai sobre uma técnica que está apoiada sobre diretrizes e pressupostos que vão desde a antropologia ao marketing. Permite constatar as várias e diferentes visões de distintos indivíduos, sobre um tópico escolhido. Traduzindo para a língua portuguesa, estamos a falar dos grupos de discussão focalizada. É relatada na literatura internacional como *focus group*. Para este trabalho de investigação será usada a segunda tradução recorrendo às siglas GDF.



Os gdf foram, primeiramente, utilizados por pesquisas de marketing (Templeton, 1987). Só a partir da década de 80 é que se desenvolveu de maneira mais significativa como instrumento de pesquisa dos cientistas sociais" (Galego e Gomes, 2005).

Merton é considerado o "pai" do focus group (Merton & Kendall, 1946). Foi ele que, juntamente com Lazarsfeld, pôs em prática estas sessões cujo objetivo pretendido era reunir respostas de uma audiência de pessoas, em relação a alguns programas alternativos de rádio (Vaughn, Schumm, & Sinagug, 1996). Ainda Merton (Merton, 1987) indicou que as sessões de discussão focalizada eram designadas para servir e fornecer outras verificações de investigações e para obter respostas a uma experiência concreta. Esta última é a mais frequente nas ciências sociais.

Beck, Trombetta e Shane (Beck, Trombetta, & Share, 1986, p. 73) descrevem esta técnica como "uma discussão informal entre indivíduos selecionados sobre tópicos específicos". Krueger (2000, p. 1) entende que se trata de "um grupo de discussão organizado focado à volta de um tema único", ao passo que, Byers e Wilcox (1988) apontam para a possibilidade de manobra sobre vários tópicos.

Num sentido mais estrito, este conceito "nada mais é do que uma entrevista realizada a um grupo de sujeitos" (Coutinho, 2011:142). No entanto, o grupo de discussão focalizada é uma estratégia de recolha de dados cujos objetivos são bem específicos (Morgan & Spanish, Focus groups: A new tool for qualitative research, 1984). O objetivo destas sessões é criar "uma conversa franca e normal que aborde os tópicos escolhidos" (Vaughn, Schumm e Sinagub, 1996:4) e pode, se o investigador assim o entender, envolver atividade coletiva como a visualização de um vídeo (Barbour & Kitzinger, 1999). O ambiente deve ser propício para que a conversa seja fluída, uma atmosfera relaxada que promova a interação entre o grupo e a produção de novo conhecimento, o mais alargada possível (Krueger e Casey, 2000).

Uma das razões pelo qual se pautou pela escolha dos grupos de discussão focalizada, em vez dos questionários, foi porque estes "constrangem as respostas das pessoas ao passo que o grupo de discussão focalizada permite que os indivíduos apresentem o seu ponto de vista, da maneira que entenderem e pelas suas próprias palavras" (Puchta & Potter, 2004, p. 47). O

intuito destas sessões foi de libertar as participantes para poderem dizer tudo o que achassem pertinente visto que não pretendíamos um consenso de ideias. E ainda, para este trabalho, pretendeu-se explorar um “conjunto específico de questões” (Barbour e Kitzinger, 1999:4) debatidos com um grupo específico - mulheres. Este método envolve em si uma outra característica. Referimo-nos à visão do mundo que cada participante traz ao debate. Esta visão é o resultado de crenças e narrativas pessoais que, claro, trazem diversidade e riqueza ao debate e à análise (Warr, 2005).

Apesar de variar em certos elementos de definição, é concreta quando refere que estes grupos devem ser pequenos na sua formação, entre seis a doze (Smithson, 2000) ou entre oito a doze (kitzenger e Barbour, 1999) e que o objetivo é "extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo, sentimentos, opiniões e reações que se constituíam num novo conhecimento" (Galego & Gomes, 2005, p. 175).

Ainda, estes grupos podem ser observados como um "microcosmos social natural para examinar dinâmicas interpessoais e intrapessoais" (Hays, 2010:186) e pela sua "natureza coletiva de reflexão" (Arredondo, 2010:190). Deste modo, tratando-se de um grupo, as interações estabelecidas entre os sujeitos constituem uma fonte rica de informação para a recolha dos dados.

A discussão focalizada comporta em si as entrevistas não direcionadas e a observação não estruturada, no sentido de registar tudo o que era observado e que se considere importante para a investigação. Desde comportamentos, inibições ou constrangimentos.

No que respeita à dimensão do envolvimento do observador para este trabalho de investigação, foi escolhida a observação reativa, em que o investigador se identifica, apresenta as suas intenções, objetivos e razões para o trabalho realizado mas, adota sempre a sua função de investigador, sem tentar o enviesamento dos acontecimentos (Angrosino, 2012 cit in Coutinho, 2013).

Neste contexto, pretendeu-se com a discussão de grupo com as jovens, explorar um potencial de opiniões e significados (Morgan, 1997) sobre a temática da violência sobre mulheres, enriquecendo o debate e a análise através da diversidade de perspetivas. Estes grupos permitiram adotar uma abordagem feminista, referente à análise de conversa (conversation analysis)

onde as experiências e entendimentos destas jovens tornaram-se centrais para a análise.

Não gera informação quantitativa para ser representada numa amostra maior. Resulta numa transcrição e, conseqüentemente, da análise desta mesmas transcrições.

### **8.3.2. As sessões de discussão focalizada**

As demais sessões de discussão, realizadas na Residência universitária, foram autorizadas pelos Serviços de Acção Social da Universidade do Porto. Antes das sessões, foi feita uma abordagem, por minha parte, à governanta da casa com a finalidade em lhe atribuir a tarefa de perguntar às residentes se queriam participar num estudo para a realização de uma dissertação de Mestrado. De seguida, tratei de falar com as residentes, tentando convencê-las a aparecer e, prontamente, marcamos a primeira sessão. Veja-se que, a residência em questão não tem muitas jovens a residir lá. Trata-se de uma casa com poucas acomodações, daí a facilidade da governanta falar com todas, num curto espaço de tempo.

Antes de dar início à primeira sessão foram feitos os devidos agradecimentos e sublinhou-se a confidencialidade destas sessões, assim como a identidade da residência e das jovens que participariam no estudo. Foi feita uma pequena apresentação da minha pessoa e do trabalho de dissertação em curso, uma introdução ao objetivo do trabalho e ao próprio procedimento de recolha de dados (o focus-group). Estipulamos que seriam três, as sessões de discussão focalizada mas que, caso fosse necessário, estender-se-iam para o número de quatro. Foi ainda esclarecida a duração das sessões, apontando para um tempo mínimo de 30 a 45 minutos. No final da primeira sessão, foi marcada a segunda e, no final da segunda, marcou-se a terceira. Claro que, nos intervalos das demais sessões houve desistências e/ou agregações ao grupo da primeira sessão.

Foram elaboradas, e postas em prática, três propostas de realização da discussão focalizada. Por participação livre, foi construído um grupo de onze jovens. O número total (11) não coincidiu com as presenças nas três sessões porque, devido a questões alheias à investigação, as participantes não puderam aparecer todas nas sessões realizadas. No entanto, os grupos respeitaram um número de sete participantes, na última sessão e de oito nas primeira e segunda sessões. Portanto, estiveram oito jovens nas primeira e segunda sessões e, sete na última. Não foram sempre as mesmas em todas as sessões até porque, estavam inscritas para as discussões 11 jovens.

Foram agendadas as três sessões e, em relação às gravações, foram gravadas com o respetivo gravador, com o consentimento de cada uma. Em relação à prática das reuniões, a primeira foi realizada na sala de estudo da residência e, as segunda e terceira, na sala. A escolha das sessões foi realizada pelas participantes, argumentando-se tratar de áreas a que estão já familiarizadas e por reconhecerem que "estão mais à vontade".

A escolha pelo mesmo grupo de jovens foi devido ao seu relacionamento. Pelo fato de se conhecerem e se darem, partilharem vivências, deixaram-nas mais à vontade para se expressarem. Ao longo das duas restantes sessões, tive a certeza que foi a melhor opção isto porque, na segunda e terceira sessão já o discurso fluía (não que na primeira não surgisse) como que se de uma conversa de café se tratasse. No final, alguém sugeriu fazer daquilo uma prática pois tinham apreciado bastante.

Relativamente aos constrangimentos durante as sessões, por se tratar de um conjunto de perguntas abertas, houve situações em que o controlo foi mais difícil. Por se equivaler a uma conversa entre "amigas" os tópicos acabam por ser estendidos a outros pontos de conversa. Na primeira sessão, a maior dificuldade, foi conseguir "dar voz" a todas as participantes. Três das participantes estiveram numa única sessão (na primeira) o que pode talvez explicar a pouca dinâmica na sessão. Isto vai ao encontro do que afirmam Puchta e Potter (2004:47) que "o moderador precisa de ser capaz de fazer as pessoas falar ou mantê-las sossegadas".

Por se tratar de um grupo de pessoas onde já há um grau avançado de afetividade e relacionamento interpessoal, a conversa nas três sessões foi

fluída e aberta. Houve também momentos de choque e não concordância por parte delas, facilitados pelo fato de se conhecerem.

Em anexo estão as transcrições das três sessões de discussão focalizada assim como os respectivos guiões elaborados antes destas reuniões. Em relação ao guião, tratou-se de um guião semiestrutural, construído sob algumas questões que fui introduzindo. Não relacionei tópicos às distintas sessões. Fui questionando, abordando as questões, acrescentando umas e retirando outras, como que uma conversa informal, entre amigas. Porém, os temas principais que quis abordar foram: violência contra mulheres; violência no namoro; consequências da violência e a interpretação das causas desta violência. Esta última, primordial, para o desenvolvimento do estudo. Porquê homens exercem violência sobre mulheres? Foi a questão orientadora para este trabalho. A partir daqui, segui uma linha relacional explicativa, com tópicos e sub-tópicos de interesse

#### **8.4. Procedimentos da análise dos dados**

Foi realizada a análise qualitativa dos discursos ditos durante as sessões. Esta análise debruçou-se sobre a análise de conteúdo porque embarcamos numa viagem metódica aos testemunhos e percepções complexas de cada indivíduo (Quivy & Campenhoudt, 2005).

A análise de conteúdo é um método de investigação definido como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 1994). Possibilita a interpretação dos dados objetivando-se no entendimento das comunicações entre indivíduos, dando ênfase ao conteúdo que se esconde atrás das mensagens. Segundo Bardin (1994:18), estamos perante um instrumento capaz de captar a percepção da construção de significados que os agentes sociais transportam no discurso, um instrumento capaz de aceder “ao conteúdo manifesto da comunicação”. Este autor apresenta três fases da utilização da análise de conteúdo: 1) a pré-análise, onde se deve centrar um pré-esquema de trabalho preciso, onde as diretrizes estão definidas. Neste caso, a discussão focalizada, foi transcrita e constitui o

corpus da pesquisa; 2) a exploração do material, que refere ao cumprimento das decisões tomadas anteriormente. Trata-se de um processo longo e cansativo, por se tratar de um momento de descodificação, onde os resultados em bruto são transformados e reunidos em unidades que irão permitir a descrição das características do conteúdo; 3) e o tratamento dos resultados, onde o investigador torna os dados válidos atribuindo-lhes significados. Dá-se o tratamento dos resultados.

Ainda este autor, refere que a pretensão de rigor e a necessidade de descobrir, de ir para lá das aparências, são os dois objetivos para o uso desta técnica. Continua, sublinhando que tem duas funções que na prática se podem, ou não, dissociar: a função heurística em que a análise de conteúdo aumenta a propensão à descoberta e a função de administração da prova, a hipótese sob a forma de questões provisórias que servem de diretrizes apelando para o método de análise sistemática a ser verificadas e confirmadas.

É um tipo de análise que pode incidir sobre qualquer tipo de comunicação oral ou escrita, imagética ou textual. Em qualquer destes casos, deve ser tomada atenção para o seu carácter refinado, enquanto técnica, e percebido que ao investigador é exigido muito tempo e paciência, devendo-se valer da intuição, da disciplina e da perseverança (Freitas, Cunha e Moscarola, 1997).

### **8.5. Índice das categorias e subcategorias da análise dos dados**

Tendo em conta os demais procedimentos, passamos para as transcrições das sessões de discussão focalizada que, conseqüentemente, resultaram numa análise detalhada daquilo que foi dito. Esta análise foi necessária para chegarmos mais fundo nas significações de cada jovem. Para facilitar o trabalho, a análise traduziu-se numa estruturação de categorias e subcategorias de análise dos dados. De salientar que, tanto as transcrições das sessões de discussão focalizada como as categorias e subcategorias devidamente preenchidas, resultantes da análise feita, encontram-se em anexo.

## ESTRUTURA DAS CATEGORIAS E SUB CATEGORIAS DE ANÁLISE

### **1- SENTIDOS/SIGNIFICADOS DADOS A RELACIONAMENTOS ÍNTIMOS**

- 1.1. Namoro jovem
- 1.2. O casamento
- 1.3. Características gerais para um bom relacionamento
- 1.4. Desafios nas relações íntimas jovens

### **2- MEIOS DE (RE)PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA**

- 2.1. Família
- 2.2. Os órgãos de comunicação social/ meios informáticos

### **3- PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES**

- 3.1. Violência e abuso
- 3.2. Violência e amor
- 3.3. Violência e os Direitos Humanos
- 3.4. Formas de violência

### **4- PORQUE HOMENS EXERCEM VIOLÊNCIAS SOBRE MULHERES?**

- 4.1. Desconfiança
- 4.2. Insegurança
- 4.3. O alcoolismo
- 4.4. A questão do poder
- 4.5. Contexto familiar/ geracional
- 4.6. Contexto social
- 4.7. Personalidade

### **5- VÍTIMAS E AGRESSORES**

- 5.1. Porquê permanecer nesta relação?
- 5.2. Percepções sobre o agressor
- 5.3. Homens e mulheres: quem exerce mais violência?

## **6- RECONHECIMENTO DO FENÓMENO ENQUANTO PROBLEMA SOCIAL**

- 6.1. Reconhecemos o problema?
- 6.2. Previsão para o fenómeno. É transitório? São atos pontuais?
- 6.3. Consequências
- 6.4. Instrumentos e modos de apoio
- 6.5. Família e Escola para a não-violência

## **7- O PAPEL DA MULHER**

- 7.1. Passado e presente: Há mudanças?
- 7.2. Na sociedade

## **8- “E SE FOSSE EU?”**



## PARTE C – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS AO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO

---

### 9. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Chegamos à fase em que apresentamos tudo aquilo que foi recolhido e observado. É a fase da elaboração das ideias principais resultantes da análise feita. Será feita uma discussão dos tópicos basilares obtidos através das discursividades e dinâmicas das participantes. Deste modo, erguer-se-á a terceira parte deste trabalho de pesquisa. Antes de prosseguirmos devemos apontar que um dos, senão o maior, constrangimentos da discussão focalizada foi reter a conversa em volta do tópico das relações entre jovens adultos. Houve sempre a fuga para se discutir a violência contra mulheres baseada em apenas dois contextos: a violência juvenil e a violência doméstica. No entanto, serviu também e tão bem, para refletir sobre os significados e as percepções que há sobre estes dois conceitos.

Os resultados qualitativos revelam um entendimento geral sobre o conceito de violência contra mulheres e aquilo que este problema pode abarcar. Tendo em conta que o fenómeno da violência contra mulheres não é um fenómeno recente (Walker, 1994 cit Caridade e Macahado, 2006), "é como o crime, sempre existiu " (S3-S) e, porque, ainda há a tendência para naturalizar este tipo de violência "porque sempre foi assim" (S1-S) há também uma tendência para achar que "vai continuar a haver como sempre houve. " (S3-G). No entanto, já se entende que estas violências não estão mais resguardadas à esfera privada, "as coisas já não são tão entre o casal" (S3-G), apresentam-se hoje em forma de problema social reconhecido (Patrício, 2014). Esta "transparência" veio catapultar um problema que, até há bem pouco tempo, "não se ouvia falar" (S3-G) devido às atenções que eram dadas à questão da violência doméstica. Era como que um "problema sem nome", o mesmo que Friedan (1968:17) apelidou nos anos 60 para as violências cometidas contra mulheres.

Estudos mostram que 35% das mulheres em todo mundo já foram vítimas de violência física ou sexual por parte do parceiro íntimo (World Health

Organization , 2014) o que vai ao encontro do que "já dissemos que todas nós tipo tínhamos conhecimento de casos... (S3-G). No entanto, o conceito da violência ainda não é bem entendido porque não existe uma única definição para ele (DeKeseredy, 2011).

Há a tendência para se relacionar conceitos e percebê-los como sinónimos conceptuais (Azambuja & Nogueira, 2007) ou tentativas para diferenciá-los mas, através da suposta superioridade um em relação ao outro. Como o caso de abuso e violência (Gelles, 1980). Trata-se de sinónimo um do outro ou a violência é um núcleo mais "restrito do do abuso, de de uma forma mais geral" (S3-S)?

A concepção de violência é hoje mais alargada "do que há alguns anos" (S1-C). Percebe-se que é uma forma de exclusão e negação dos direitos fundamentais (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997) e um atentado aos direitos das mulheres (WHO,2014) "à sua integridade, de uma forma geral" (S1-K) ou "quando nos casos extremos que leva à morte...direito à vida também" (S3- I). Identificou-se a violência estrutural como forma actual de violência contra mulheres. Quando alguma estrutura ou instituição social atenta contra as necessidades de qualquer indivíduo (Galtung, 1969), por exemplo, "contratos que são feitos para mulheres com cargos altos, em que uma das cláusulas é não poder engravidar durante x anos" (S1-S) ou "despedimentos por que ela ficou grávida" (S1-K). Entende-se que existe uma clara percepção de que a violência não é apenas física. É também "verbal, psicológica ou emocional (...)" a manipulação (...) a gressão verbal" (S1-S) e, com o desenvolvimento tecnológico e informático, a violência pode não ser de maneira presencial mas, por meio eletrónica ([www.cdc.gov](http://www.cdc.gov), 2014). Pode ser instigada de formas distintas como o acesso não autorizado, "pelas nossas costas" (S1-S), a contas de redes sociais (exemplo referente ao facebook) ou "cyberbullying" (S1-S) como uma invasão e violação do espaço pessoal cibernáutico de qualquer indivíduo (Stover, 2006). Há ainda a questão que Marshal (1999) refere como abuso subtil que pode ser confundido com brincadeiras ou preocupações aparentes, por exemplo, em relação à maneira com se veste uma mulher, "uma coisa é pedir outra coisa é dizer-lhe "tira essa roupa, já!" É diferente" (S1-K).

Há uma tendência para se desvalorizar o namoro jovem, comparativamente a relacionamentos entre casais mais velhos, casados. A

indefinição para o conceito de namoro está implicada no processo de reconhecimento que as pessoas têm sobre este termo e, portanto, na forma como o abordam e o resolvem. A questão do compromisso (ou a falta dele) num relacionamento pode levar a uma certa depreciação da violência em contexto amoroso. Porque são jovens, a “a vida continua” (S3-C) e porque é “menos aceitável numa relação jovem” comparando com casais mais velhos, onde há “mais vida para trás” e “uma pessoa que seja jovem (...) não se sujeita tão rápido a isso” (S3-G). Isto é, há aqui uma tendência para se assumir que as violências praticadas contra mulheres são violências suportáveis e legitimadas para diferentes idades. Quase se entende a velha máxima de que só está na relação violenta quem quer.

A inconsistência face à significação de namoro é ainda mais profunda quando abordamos o namoro juvenil no sentido em que não se dá “importância a namoro de adolescentes como um namoro de adultos!” (S3-C) ou porque não se percebe “o que é que pretende uma rapariga a um rapaz, na adolescência? Nada!” (S2-C).

No que diz respeito ao entendimento da prevalência das violências nos casais jovens, as opiniões são distintas dos estudos realizados. Informação empírica indica que, no caso da relação entre os jovens adultos se manter, a violência tende a escalar em relação à frequência (Duarte e Lima, 2006). Novamente, há a tendência para se desvalorizar o problema por se tratar de um relacionamento jovem e porque os jovens “são muito mais impulsivos e quando crescem essa impulsividade pode diminuir, e nem sempre acontece (a violência) (...) ao crescer, tornam-se menos impulsivos, portanto, controlam-se um bocado melhor” (S3-C). Mas, então, controlam os seus atos e comportamentos mas, continuam a ser indivíduos violentos? Ou então, depositam a acção na mulher vítima, entendendo que esta “vai ficar com um trauma tão grande que vai ser muito difícil voltar a outra relação e sujeitar-se outra vez à mesma coisa” (S2-I), isto é, a imagem desvalorizada de si mesma aliada ao fraco entendimento sobre o que uma relação realmente deve ser, levam a que estas mulheres não objetivem uma nova relação no futuro (Karli, 2002). Contradizendo esta proposta, a discussão leva a outras percepções face a um envolvimento violento no futuro. “Provavelmente” (S1-C), a violência no namoro pode preceder à violência doméstica porque “no fundo já está a

predizer uma tendência” (S1-K), “pode ditar esse tipo de relacionamento tendo em conta a experiência que já teve” (S1-X). Esta última linha de pensamento foi ao encontro do que Hamby (1998 cit. Matos, Machado, Caridade, & Silva, 2006) afirma, de que as violências no namoro são significantes preditores da violência conjugal.

Há uma ideia bem esclarecida que vai ao encontro das investigações feitas nos dias de hoje de que, existem homens e mulheres que exercem poder e violência sobre o parceiro íntimo. Estudos empíricos demonstram que esta epidemia afeta adolescentes (e.g., Fredland et al. 2005; Smith e Donnelly, 2000) e jovens adultos (White e Koss, 1991). Não existe apenas vitimação feminina. No entanto, quando inserimos o género como categoria de análise para identificar a prevalência de vítimas e agressoras, homens e mulheres, percebe-se “que se falarmos só em violência física, talvez os homens mas, se falarmos na agressão verbal ou manipulação, são as mulheres (S1-S). Como indica o estudo de Matos, Machado, Caridade e Silva (2006:60) as mulheres são mais prevalentes em atos como o de “insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou ferir”, comparativamente aos homens. Estudos indicam que, quando colocada a categoria de violência física, a linha percentual de mulheres vítimas tende a aumentar. As diferenças, portanto, estão nas consequências e marcas que podem deixar na mulher e nas formas como uns e outras perpetram a violência. Os actos violentos perpetrados por homens têm consequências mais graves e são mais visíveis (Arias e Johnson, 1989 cit Lewis e Fremouw, 2001).

Referente à percepção que se tem face às mulheres que permanecem nas relações, não há dúvidas. Aponta-se a questão da manipulação ser tão profunda “que chega a achar que aquilo é normal” (S1-S) ou “por vergonha” (S2-I). No entanto, há uma grande tendência para atribuir a acção individual responsabilizadora a agressores ou a vítimas. Vejamos, a mulher “pode continuar a fazer isso ou pode ser suficiente corajosa (...) mais autodeterminada pode conseguir acabar logo com os problemas (S1-K) ou então, as violências advêm “do tipo de namorada (...) que se deixe que se sujeite” (S2-C) ou ainda, porque há a “necessidade de precisar de alguém que gira a vida dela” (S2-J). A formação da mulher também entra como justificativa para a não tolerância da violência, aliada às opções em permanecer na

relação, isto é, porque “se a mulher tem mais formação e se tem opção e se sabe que não é uma atitude normal devia ter mais capacidades para sair mais depressa das situações” (S1-S). Este tipo de argumentação entra em conflito com o que se percebe da violência como um fenómeno transversal a toda a sociedade, sem olhar à classe, étnias ou escalões de formação.

No que respita ao entendimento sobre o agressor, facilmente se apercebe que a questão da violência praticada (assim como a violência sofrida) passa por ser igualmente um processo de escolha. Isto porque, “é claro que a pessoa tem sempre a opção de mudar” (S1-S). É pertinente “intervencionar o sujeito” (S3-S), “tem que se lhe dar cognições a nível da empatia, de conseguir lidar com os problemas, de diminuir a sua impulsividade” (S3-C). Lá está, novamente, a questão da associação da violência a um impulso. Percebe-se que há um discurso para tentar reeducar um novo homem para “ajustar comportamentos àquilo que é socialmente aceitável” (S3-C).

Atendendo às consequências da violência é clara a percepção de se tratar de algo que pode deixar mulheres (e os seus filhos) numa situação de desespero. Refere-se à “falta de auto-estima, depressão, insegurança, isolamento” (S1-S), a “depressão” (S3-S) ou a “morte” (S3-K) como possíveis consequências das relações conflituosas. A mulher pode ainda “acabar por deixar de estudar” ou, em casos mais graves, as “tendências de suicídio” (S3-J). Estas apreciações são culmatadas com a questão da violência apreendida em contexto familiar, em que os filhos podem “chegar à escola e praticar violência sobre os outros colegas” (S1-S). Mais à frente falaremos do contexto familiar propiciador de comportamentos e atitudes agressivas. Ainda referente a este tópico, há uma distinção entre as consequências para os casais de namorados e para os casais mais velhos casados, apesar de não ser “tolerável nenhum deles” (S3-K). Para além dos filhos, que são uma justificação recorrente para atribuir consequências mais gravosas aos casais mais velhos e casados, tende-se a apontar para uma maior “probabilidade de haver uma morte (...) de a mulher ficar muito desamparada” em relação a uma mulher mais jovem, alegando que esta “à partida tem mais probabilidade de conseguir ultrapassar os problemas (S3-K). O casamento como instituição tão cimentada na nossa sociedade é visto como o último patamar para se selar um

compromisso conjugal. Talvez por isso, se pense que “há muitas mais consequências num casamento” (S3-G).

Há uma expressão figurada sobre a mulher, no sentido de dividir a mulher em diferentes categorias, sendo a idade a categoria de análise apontada. Isto é, parece que a idade mais jovem apazigua os actos e comportamentos violentos, porque se trata de alguém jovem “o tempo vai passar e, inevitavelmente, acho que se passa por cima” (S3-K). E, a idade mais avançada pressupõe consequências mais graves porque há uma vida em conjunto (e filhos) para trás.

É entendido que, para o combate contra a violência de género, deve haver um esforço governamental e institucional que reforcem e estimulem as relações de género paritárias (Matos, Machado, Caridade e Siva, 2006). A APAV é o organismo mais reconhecido para dar resposta a este problema mas, percebe-se que a intervenção tem que ser um esforço em conjunto, entre várias frentes. O “Ministério Público” (S2-B) juntamente com organismo “a nível municipal como é o caso da Cruz Vermelha” (S1-C), o próprio espaço educacional, a “Universidade do Porto” (S2-I) e ainda, deve ser fundamental a intervenção da polícia no acompanhamento destes casos mas que, “infelizmente, manda-te para casa” (S2-J). Uma outra estrutura fundamental para a não violência, facilitadora e orientada para estimular as boas práticas nas relações entre homens e mulheres e na transmissão de valores de cidadania, é a Escola.

“a educação deve ser mais eficaz (...) a melhor forma de prevenir é educar” (S1-S)

A escola deve ser um centro nevrálgico para as boas condutas e para se falar sobre as violências que podem surgir. A adolescência “é a fase em que há mais probabilidade de influência” (S2-J), “muitas raparigas não estão preparadas, se calhar nunca pensaram que um homem podia bater numa mulher. E se calhar nem sabiam se é aceitável ou não, não sabem se é normal ou não” (S3-J). As escolas reconhecem o problema e vemos campanhas irem para a frente, assim como a presença de psicólogos nas escolas e universidades. Porém, esquece-se que estes espaços são somente “para quem quer ir lá” (S1-R). Não podemos dissociar a questão da idade ou a questão da

vergonha, mesmo para jovens adultas, que podem condicionar o pedido de ajuda e a ida a uma esquadra de polícia, o que explica o Inquérito à escala da União Europeia (2014) que indica que apenas 14% das mulheres fizeram denúncia às autoridades mas do incidentes mais grave infligido pelo parceiro.

É aqui considerada e reconhecida a evolução da condição feminina, no sentido em que já se alcançaram importantes propostas no sentido da democratização. Hoje já não se luta pelo direito ao voto ou pela igualdade. Perante a lei, todas as mulheres ocidentais são livres e iguais. O acesso à educação é algo que sofreu grandes transformações até porque, vejamos que "há mais mulheres com mais formação" (S1-S). No entanto, é urgente conquistar o mercado de trabalho e os cargos de chefia e administração. Isto é, da teoria à prática, há ainda um fosso no que respeita ao cominho que se tem para percorrer face à igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Isto porque, "o mundo está preparado para os homens" (S1-S), a mulher é ainda vista como um "objeto, quase" (S1-K), "como um ser inferior mas... tem a sua utilidade" (S1-R).

No início desta dissertação foi apresentada uma premissa inicial que orientou todo o trabalho. Porquê os homens exercem violências sobre mulheres? Neste sentido, analisados os dados qualitativos e expondo-os em forma de raciocínio argumentativo, podemos conferir sentidos divergentes face a este tópico de análise. Há uma variação entre a desconfiança e o ciúme, a insegurança e o álcool, que é considerado um desinibidor e facilitador de "uma vontade" (S1-X).

Aponta-se para o contexto familiar/geracional como um fator importante de transmissão de comportamentos e atitudes violentas devido à exposição da violência (Karli, 2002; Straus, 1986). A permissividade da violência dentro de um lar vai constituir para o futuro cidadão maior "probabilidade de repetir o mesmo modelo que viveu" (S3-K). Esta linha de pensamento vai ao encontro do que alguns autores defendem de que a esfera doméstica/privada familiar é considerada uma incubadora de reprodução das desigualdades de género. () Aliado a este fator, aponta-se o contexto social, "o meio ambiente" (S2-B) como instrumento de coação baseado numa imposição determinada de crenças, hábitos e valores (Bourdieu, 2004) como que invisíveis, levando a naturalizar a problemática como "uma coisa intrínseca" (S3-K) logo, natural. Para Gonçalves



(1985, p. 42), a cultura é um meio que “fornece a linguagem simbólica pela qual as diferenças coexistem no social”.

A questão da personalidade é algo que está ainda bastante enraizado quando se debate problemas como o da violência praticada e sofrida. Houve uma tendência para alhear outros possíveis fatores explicativos, em termos de importância, já que se afirmou que importa “mais a personalidade da pessoa do que as circunstâncias que estão à volta”. Porque o homem, por si só, é um “ser-reação” (S1-K). Este tipo de comparação remete-nos para toda a problemática da luta feminista da era do Iluminismo, onde se lutou contra este tipo de crenças e estereótipos, em que se associava a virilidade e força a homens e, à mulher, a passividade e delicadeza (Espinosa, 2008). Estas quatro propostas apresentadas para perceber a possível natureza das violências, constituem o modelo teórico ecológico, apoiado por vários autores para discutir as violências perpetradas (Casique & Furegato, 2000). Isto é, a violência produz-se através da interacção entre os demais fatores, operando no seu desenvolvimento ou não.

Finalmente, foi ainda sugerida a questão do poder, articulada à questão do controlo, como meio para se “sobrepôr à pessoa e mostrar quem manda” (S3-S). Este é outro tópico importante que vigourou durante séculos, não podendo dissociar do activismo e das propostas de luta contra o androcentrismo, que viguravam dentro e fora da família (Dworkin, 1976; Firestone, 1970). A dominação masculina na família ou nas relações amorosas são baseadas no poder masculino, na velha máxima de que “ele é que é mais do que [do que] ela” (S3-S), que advém das desigualdades sexuais (Straus, 1986).

Não existe uma elaboração linear e consensual para definir a natureza das violências perpetradas a mulheres. Assim como muitos estudos, de diferentes campos disciplinares, não existe concordância final. O pensamento geral que agrega qualquer trabalho empírico e teórico do problema é que se trata de uma epidemia transversal no tempo e em todas as sociedades, abarcando consequências graves para as vítimas e não só.



## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS AO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO**

Todos os dias, em todo o mundo, mulheres e crianças são vítimas de violências diversas. Para este trabalho de dissertação fez-se a apreciação da violência praticada contra mulheres em contexto íntimo de namoro. Relacionando este tópico às questões do movimento de libertação feminina devemos entender que há ainda muito caminho a percorrer. Estudos apontam para que 30% das mulheres em relacionamentos já sofreram de algum tipo de violência física ou sexual por parte do parceiro íntimo (WHO, 2013). No caso dos relacionamentos de namoro O`Leary e Gonzalez (2007) indicam que uma em cada cinco jovens são vítimas de abusos físicos por parte do seu namorado e, Aldrighi (2004), afirma que a violência psicológica e a coerção sexual são as formas mais prevalentes de violência. No presente trabalho de investigação verificámos que todas as envolvidas conheciam alguém que já tinham estado e passado por situações de violência e abuso. Um delas, inclusivamente, referiu que apesar da mesma educação dada pelos pais “a minha irmã já sofreu de violência” concluindo que, “ela aceitou atos de violência e eu nunca aceitei tal coisa! Agora, pois, e lá está... nós levamos com a mesma educação! Nós tivemos a mesma educação. Agora tem é personalidades diferentes” (S2-I). A questão da personalidade de cada indivíduo está ainda incrivelmente enraizada na cultura de justificação de senso comum, atribuindo responsabilidades de permanência à vítima ou ao agressor, por este já ter tendência para atos violentos, por exemplo. Este era o discurso que se aplicava nos anos 60 do século passado, quando se associava a violência doméstica contra mulheres a casos de homens com patologias extremas, do foro psíquico (Gelles e Straus, 1979). A partir desta análise devemos analisar outras questões, que vieram ao debate durante este trabalho de dissertação. A questão da naturalização das coisas, dos comportamentos, das atitudes, dos mitos ou da violência. Enfim. Deve ser feita uma aproximação entre tópicos sensíveis, como o da violência contra mulheres, à população no geral. Logo desde tenra idade para que, não sejam feitas atribuições de cariz preconceituoso sobre os fenómenos sociais existentes.

As consequências são aqui bem percebidas. Desde as marcas físicas mais visíveis até as marcas emocionais e psicológicas, podendo até, levar a tentativas de suicídio ou ao suicídio efetivamente (Straus, 1986). A saúde mental é hoje um tópico importante que devemos relacionar à questão das violências praticadas. Nos dias de hoje a violência contra mulheres é já considerado um problema de saúde pública (ONU, 2006). Reconhece-se que as consequências estendem-se para lá da vítima, alargando-se a toda a sociedade e arrastando consigo as lutas que outrora se travaram (e que hoje ainda se fazem), deitando por terra direitos fundamentais que em tempos se exigiu. Neste sentido percebemos que, apesar do sucesso alcançado para as mulheres, no que diz respeito à batalha pelos direitos humanos há ainda um percurso para se fazer. Principalmente nos dias que correm e em sociedades caracterizadas pelo processo de globalização, onde tudo é tão veloz e onde novas formas de violência surgem. Este caminho passa por reforçar a igualdade entre eles e elas, em todos os aspectos da vida. Existe, hoje, maior consciência e, principalmente, um menor fator legitimador que defenda o conceito de patriarcado e que sustente a superioridade (social e política) dos homens (falando nas sociedades ocidentais). No entanto, apesar das conquistas conseguidas, não podemos descuidar e afirmar que se trata de uma batalha já ganha. Continuamos a evidenciar práticas de profundas desigualdades, como é o caso da violência no namoro. E não só. Podemos apontar outras mais práticas segregadoras, nomeadamente, a negação aos cargos políticos e de direcção; a ocupação de cargos diferenciados em função do género; salários distintos para as mesmas funções; a invisibilidade do trabalho das mulheres no seio doméstico, entre outros (Rocha & Ferreira, 2006). Foi aqui apontada a questão das desiguais oportunidades, para homens e para mulheres, no sentido em que estas jovens souberam apresentar as novas formas de discriminação por que passam hoje as mulheres. Nomeadamente, a questão dos despedimentos quando as mulheres engravidam. Em relação às conquistas alcançadas, devemos ainda perceber que estas não alcançaram de igual forma todas as mulheres, como é o caso da classe operária, as minorias étnicas, as lésbicas, entre outras (Magalhães, Pinto e Tavares, 2003). Deste modo, a questão da violência contra mulheres continua a estar na ordem do dia porque continua a legitimar-se (ainda que

menos do que antes) os discursos e práticas desiguais, através da naturalização das velhas ordens sociais e culturais e através da manutenção de estereótipos sexistas, de família ideal ou de trabalhos ideais (Magalhães, Pinto e Tavares, 2003).

Em relação à violência praticada contra mulheres há ainda uma dificuldade em separar os distintos contextos que podem haver, relativamente à atuação da violência. Nomeadamente, entre os casais juvenis/adolescentes, entre jovens adultos e entre casais mais velhos casados. E entre outros mais. Houve uma tendência para generalizar a violência doméstica como a mais gravosa, por causa dos filhos e/ou por se tratar de relacionamentos mais duradouros. Em relação à violência juvenil foi como que retratada como inconsequente, sem pretensões ou, até certo ponto, desvalorizada. Por se tratar de adolescentes e por estarem inseridos numa relação jovem, sem compromisso, vincula-se a violência a um carácter passageiro, sem importância. Também a questão do compromisso é algo que merece ser estudado porque, hoje em dia, torna-se mais difícil definir uma relação de namoro quando os dois intervenientes só “se anda”.

Apesar da sociedade já não ser tão patriarcal como era (até bem pouco tempo) percebemos que a ordem social ainda continua a ser legitimada por atitudes e crenças que beneficiam os homens, no sentido em que ainda “o mundo está preparado para os homens” (S1-S). Ainda continuamos a assistir a desigualdades e, o impacto da opressão e das políticas opressivas são ainda visíveis no quotidiano das mulheres (Dietz, 2000). A avaliação do patriarcado, à luz da estratificação sexual, deve permitir que se faça uma reconceptualização do fenómeno da violência contra mulheres, quer no domínio privado quer no domínio público.

Este ano celebram-se os vinte anos da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim (1995) mas, no entanto, as violências contra mulheres são ainda um tópico presente nos discursos e agendas políticas. Inserindo a violência praticada contra mulheres na esfera da violência de género podemos indicar um número significativo de práticas que, nos dias de hoje, são recorrentes em muitas partes do globo, todos os dias, vitimizando milhares de mulheres. Estamos a falar de práticas como o tráfico humano, a mutilação

genital feminina, a exploração sexual ou o casamento precoce e forçado (WHO, 2013).

Em suma, ainda há muito caminho a percorrer, caminho que passa pela promoção de boas práticas de cidadania, da implementação efetiva da igualdade de oportunidades, de estratégias para a não violência e para o tratamento igualitário de homens e mulheres. Deve-se visualizar e estruturar por uma sociedade justa e sã e colocar em prática conceitos como o de liberdade, democracia e igualdade. No entanto, como Touraine afirma (2006, p. 25) para alcançar a liberdade plena e a igualdade para todos “não conseguimos definir outras vias (...) que não as que consistem em reduzir ou suprimir a importância do gênero”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (2014). *Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. ). Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia. Síntese dos Resultados. .* Luxemburgo: Serviços das Publicações da União Europeia  
[http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-annual-report-2014\\_en.pdf](http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-annual-report-2014_en.pdf).
- Aguilera, S. H. (2009). Una aproximación a las Torías Feministas. Universitas. . *Revista de Filosofia, Derecho y Política*, 9, , 45-82.
- Aldrighi, T. (2004). *Violência no namoro entre jovens universitários no Estado de São Paulo. Tese de Doutoramento.* São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
- Allen, P. (1970). *Free Space. A perspective on the small group in women`s liberation.* Washington: New York Times Change Press.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (1997). *Metodologia da Investigação da Psicologia da Educação.* Coimbra: Apport.
- Almeida, M. (. (2010). *A violência na sociedade contemporânea.* Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Álvarez, A. (2002). *O feminismo de ontem e hoje .* Lisboa: Ela por Ela.
- Álvarez, A. (2002). *O feminismo de ontem e hoje (Ana Barradas tradução).* Lisboa: Ela por Ela.
- Álvarez-Dardet, S., Padilla, J., & Lara, B. (2013). La violencia de pareja contra la mujer em España:cuantificación e caracterización del problema, las victimas, los agresores e el contexto social y professiona. *Psychosocial Intervention* 22,, 42-53.
- Amâncio, L. (2003). O géneron no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, v.xxxviii(168), 687-714.
- Amâncio, L. (2004). Feminismo e Modernidade. Em I. d. Carmo, & L. Amâncio, *Vozes Insubmissas. A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo (2ªed.)* (pp. 25-34). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Amâncio, L. (2010). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença (3ªed.).* Porto: Afrontamento.
- Araújo, M. (2008). *Género e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. Psicologia para America Latina.* São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- Araújo, M., & Mattiolo, O. C. (2004). *Género e Violência.* São Paulo: UNESP, Artes e Ciência Editora.
- Arendt, H. (1970). *On violence.* New York: Harcourt Brace - Company.

- Arnot, M. (2009). Educating the Gendered Citizen. Em T. T. Silva, S. Hall, & W. K. (2007), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais (7ªed.)* (pp. 225-251). Petrópolis. : Editora Vozes.
- Arriaga, X., & Oskamp, S. (. (1999). *Violence in intimate relationships*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Azambuja, M. P., & Nogueira, C. (2007). Violência de gênero: uma reflexão sobre a variabilidade nas terminologias. *Saúde em debate*, 31(75/76/77), 97-106.
- Azambuja, M., & Nogueira, C. (2007). Violência de gênero: uma reflexão sobre a variabilidade nas terminologias. *Saúde em Debate*, 31(75/76/77), 97-106.
- Barak, G. (2003). *Violence and nonviolence. Pathways to understanding*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Barbour, R., & Kitzinger, J. (1999). Introduction: the challenge and Promise of Focus Group. Em R. Barbour, & J. (. Kitzinger, *Developing Focus Group Research: Politics, Theory and Practice* (pp. 1-20). London: Sage Publications.
- Bardin, L. (1994). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barilari, S. (2007). *Noviazgos violentos*. Recuperado a 19 de Junho de 2013 de e: <http://www.sandrabarilari.blogspot.com.ar>.
- Barre, P. d. (1990). *DeThe Equality of the Sexes*. Manchester: Manchester University Press.
- Beauvoir, S. d. (2008). *O Segundo Sexo*. Lisboa: Bertrand Editora, Lda.
- Beck, L. C., Trombetta, W. L., & Share, S. (1986). Using focus group sessions before decisions are made. *North Carolina Medical Journal*, 47, 73-74.
- Beckstrand, L. (2009). *Deviant Women of the French Revolution and teh Rise of Feminism*. Madison: Fairleigh Dickinson University Press.
- Béjin, A. (1987). O casamento extra conjugal nos dias de hoje. Em P. & Ariés, *Sexualidades Ocidentais*. (pp. 183-193). São Paulo: Brasiliense.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gadiva.
- Berger, A., Wildsmith, E., Manlove, J., & Steward-Streng, M. (2012). Berger, A., Wildsmith, E., Manlove, J. & Steward-Streng, M.A. Relationship Violence Among Young Adult Couples. *Trends Child Research Brief*.
- Bergman, L. (1992). Dating violence among high school students. *Social Work*, 37,, 21-27.
- Bertolo, R., & Barbará, A. (2006). Representação social do namoro: a intimidade na visão dos jovens. *PSICOUSF*,11(2). *PSICOUSF*,11(2), 229-237.
- Beyson, V. (1992). *Feminist Political Theory: An Introduction*. London: Macmillan.

- Biizma, M. (2007). Violencia hacia la pareja: revisión teórica. *Psicopatologia Clinica, Legal e Forense*, 7, , 77-95.
- Blázquez-Alonso, M., Moreno-Manso, J. J., & Garcia-Baamonde, M. (2012). Indicators of Psychological abuse associated with length of relationships between couples. *Anales de Psicologia*, 28, 772-779.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu, P. (2007). *A Dominação masculina*. Rio Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. (1970). *La reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Les Editions de Minut.
- Bragaglia, M., Panceri, R., & Stelmack, L. (1995). Um novo olhar sobre o entendimento de metodologia: ensaio de uma construção científica. Em C. L., & C. P. Leda, *Exercícios de construção teórica do serviço social*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Browne, A., & Williams, K. (1993). Gender, intimacy, and lethal violence: Trends from 1976 through 1987. *Gender and Society*, 7, 78-98.
- Brownmiller, S. (1993). *Against our will: Men, women and rape*. New York: Fawcett Books.
- Bureau of Justice Statistics. (2007). *Criminal Victimization in the United States. National Crime Victimization Survey*. U. S. Department of Justice.
- Byers, P. Y., & Wilcox, J. R. (1988). Focus groups: An alternative method of gathering. *ERIC Document Reproduction Service*, 297-393.
- Câmara, M. d. (2009). *Reich grupos e sociedade*. São Paulo: Annablume.
- Caridade, S. (2011). *Violências Íntimas: uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: da vitimação à percepção. *Análise psicológica*, 4(xxiv), 485-493.
- Carver, R. (2000). Dating Violence and its relation to identity, self-esteem, and silencing the self among college women. *Dissertation Abstracts International, section A: Humanities and Social Sciences*, 60, 2702.
- Casique, L. C., & Furegato, A. R. (2000). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino – am Enfermagem*, 14, 16.
- Catalano, S. (2007). *Partner Violence in the United States*. U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Statistics.
- Cauchy, V. (1992). Sociétés contemporaines et violence originelle. *Revue Internationale de Sciences Sociales*, 132, 209-216.
- Centers of Disease Control. (2014). [www.cdc.gov](http://www.cdc.gov).

- Chan, K., Straus, M.A., Brownridge, D., Tiwari, A., & Leung, W. (2008). Prevalence of dating partner violence and suicidal ideation among male and female university students worldwide, 53(6). *Journal of Midwifery*, 529-537.
- Charles, N. (1996). Feminist practices: identity, difference, power. Em N. Charles, & F. (. Hughes-Freeland, *Practising Feminism: identity, Difference, Power* (pp. 1-37). London: Routledge.
- Charlton, D. (1984). *"The New Eve" in New Images of the Natural in France: A Study in European Cultural History 1750-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clinebell, C. (1970). *The intimate marriage*. New York: Harper & Row.
- Coker, A. L., McKeown, R. E., Saunders, M., Davis, K. E., Valois, R. E., & Huebner, E. S. (2000). Severe dating violence and quality of life among South Carolina high school students. *American Journal of Preventive Medicine*, 19, 220-227.
- Correia, C. (2004). *O testículo esquerdo: alguns aspetos da democratização do feminino*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Costa, A. (2005). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Cadernos democráticos.
- Costa, C. (2003). Feminismo Radical . Em C. Marques, C. Nogueira, M. J. Magalhães, & S. M. Silva, *Um Olhar sobre os Feminismos. Pensar a Democracia no mundo da vida*. Porto: UMR.
- Costa, D. (2005). *Perceção social da mulher vítima de violência conjugal. Estudo exploratório realizado no concelho de Lisboa*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Crowell, N., & Burges, A. (. (1996). *Understanding violence against women*. National Research Council.
- ( 1993). *Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres*, 48/104, . [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_4/IIIPAG3\\_4\\_7.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm).
- DeKeseredy, W. (2011). *Violence against women: myth, facts, controversies*. University of Toronto.
- Dias, I. (1998). Exclusão social e violência doméstica: que relação? *Comunicado apresentado ao I Congresso Português de Sociologia Económica Realizada, 5-6 Março*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,.
- Dias, I. (2004). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia*, xxi, 245-262.



- Dimand, R. W., & Nyland, C. (. (2003). *The Status of Women in Classical Economic Thought*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Duarte, A., & Lima, M. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses. *Psicologia*, 34,, 105-124.
- Duby, G., & Perrot, M. (. (1990). *História das Mulheres. A Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Duhet, P. (1974). *Las mujeres y la revolución (1798-1794)*. Barcelona: Península.
- Duncan, C. (1973). Happy mothers and other new ideas in Eighteen century French art. 9 . *Art Bulletin*, 55(4), 570-583.
- Dworkin, A. (1976). *Our Blood. Prophecies and discourses on sexual politics*. New York: A Perigee Book.
- Edwards, A. (2011). *Violence Against Women under International Human Rights Law*. Cambridge: Cambridge University.
- Espinosa. (2008). *Tratado Político (Tradução Diogo Pires Aurélio)*. Unidade Industrial da Maia: :Circulo de Leitores e Temas e Debates.
- Ferreira, M. (. (1998). *O que os filósofos pensam sobre as mulheres (1ªed.)*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, M. (1999). Espinosa, Hobbes e a Condição Feminina. Em L. d. Abreu, *Sob o olhar de Spinoza. Actas do Seminário Luso- Hispânico sobre Spinoza realizado nos dias 13 e 14 de Novembro de 1998 na Universidade de Aveiro. Portugal*.
- Firestone, S. (1976). *A dialética do sexo*. Rio de Janeiro: Labor.
- Fischer, G. (1994). *A dinâmica social, violência, poder, mudança*. Lisboa: Planeta Editora.
- (1995). *Four World Conference on Women*. Beijing:  
<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/fwcwn.html>.
- Fraisse, G. (1991). *Musa de la razón. La democracia excluyente e la diferencia de los sexos*. Universitat de València: Catèdra.
- Fredland, N., Ricardo, I., Campbell, J., Phyllis, E., Kub, J., & Yonas, M. (2005). The meaning of dating violence in the lives of middle school adolescents. *Journal of school violence*, 4(2), 95-114.
- Friedan, B. (1963). *The Feminine Mystique* . New York: w.w. Norton & Company, inc.
- Galego, C., & Gomes, A. A. (2005). Emancipação, rutura e inovação: o "focus group" como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*,5, 173-184.
- Galtung, J. (1969). Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.

- Galtung, J. (1970). Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, 27(3), 291-305.
- Garcia, A. (. (2008). Violencia contra las mujeres: las dimensiones de la desigualdad. Cuestiones de genero: de la igualdad y la diferencia. *Revista del Seminario Interdisciplinar de Estudios de las Mujeres*, 3 Universidad de León .
- Garzón, J. (2011). *Historia del Feminismo*. Madrid: Catarata. Madrid: Catarata.
- Gay, P. (1966). *The Rise of Modern Paganism*, vol.I. New York:. New York: w.w. Norton.
- Gay, P. (1969). *The Science of Freedom*, vol. II. New York:. New York: W.W. Norton.
- Gelles, R. (1980). Violence in the family: a review of research in the seventies. *Journal of Marriage and Family*, 42(4),, 873-885.
- Gelles, R. J. (1980). Violence in the family: a review of research in the seventies. *Journal of Marriage and Family*, 42(4, 873-885.
- Gelles, R. J., & Straus, A. M. (1988). *Intimate Violence. The causes and consequences of abuse in the american family*. New York: Touchstone.
- Gelles, R. J., & Straus, M. (1979). Determinants of violence in the family: Toward a theoretical integration. Em R. N. In Burr, *Comtemporary theories about the family* (pp. 549-581). New York: Free Press.
- Gelles, R., & Loseke, D. R. (1993). *Current Controversies on Family Violence*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Gelles, R., & Straus, M. (1998). *Intimate Violence: the causes and consequences of abuse in the American family*. New York: Simon and Schuster.
- Género, D. d. (2015). *Macroencuesta de violencia contra la mujer. Avance de Resultados*. . Madrid: Ministerio de Sanidad, Serviços Sociales e Igualdad.
- Giddens, A. (. (2001). *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* . Oeiras: Celta.
- Gonçalves, A. C. (1985). A simbolização da violência social. *Geografia*, I,série I, 35-45.
- Gonçalves, R., & Machado, C. (. (2002). *Violência e vítimas de crimes vol.1 - Adultos*. Coimbra: Quarteto.
- Gouges, O. d., Robinson, M., Stanton, E., Cage, M., & Schreiner, O. (2002). *Direitos da Mulher e da Cidadã (tradução Ana Barradas)*. Lisboa: Ela por Ela.
- Grangeira, H., & Matos, M. (2010). Stalking: consensos e controvérsias. Em C. (. In Machado, *Novos olhars sobre a vitimização criminal: teorias, impacto e intervenção* (pp. 121-166). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Hanisch, C. (1969). The Personal is Political . Em S. Firestone, & A. (. Koedt, *Notes from the Second Year: Women`s Liberation. 1970 Anthology*.

- Hanmer, J. (1978). *Violence and the social control of women, in Power and the State*. London: Croom Helm.
- Hanmer, J., & Saunders, S. (1984). *Well founded fear: a community study of violence to women*. London: Hutchinson.
- Hanmer, J., & Saunders, S. (1984). *Well-founded fear: a community study of violence to women*. London: Hutchinson.
- Harrison, J. (2005). Commitment and Acceptance of Relationship Violence. *Undergraduate research journal*, 1, 8-17.
- Hotaling, G., & Sugarman, D. (1986). An analysis of risk markers in husband to wife violence: The current state of knowledge. *Violence and Victims*, 1, 101-124.
- <http://www.coe.int/>. (s.d.).
- Humphrey, J., & White, J. (2000). Women`s vulnerability to sexual assault from adolescence tou young adulthood. *Journal Adolesc Health*, 27, 419-424.
- Iglesias, M., & Bello, A. (2012). Gender violence and leisure in Spain. Lookinf for new ways in educational research. *Educação Sociedade e Culturas*, 35,, 89-103.
- Ismail, F., Berman, H., & Ward-Griffin, C. (2007). Dating Violence and the Health of Young Women: A Feminist narrative Study. *Health Care for Women International*, 25(5), 453-477.
- IVAWS, I. V. (2005). *iolence Against Women: a statistical overview, challenges and gaps in data collection and methodology them*. Geneva: UN Division for the advancement of women.
- Izumino, W. (2005). Violência contra as mulheres e violência de gênero. Notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudos Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, 16(1), 147-164.
- Jackson, S. (1999). Issues in the dating violence research: A review of the literature. *Agression and Violent Behavior*, 4, 233-247.
- Justice, U. D. (2008). *National Crime Victimization Surve: Criminal Victimization*. Bureau of Justice Statistics.
- Kaplan, A. (1998). *The conduct of Inquiry: methodology for behavorial science*. London: Transaction Publishers.
- Kaplan, G. (1992). *Comtemporary Western European Feminism*. London: UCL Press.
- Karli, P. (2002). *As raízes da violência. Reflexões de um neurobiologista*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Kashani, J., & Allan, W. (1998). (1998). *The impact of family violence on children and adolescents*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.

- Kaura, S., & Allen, M. (2003). Dissatisfaction with relationships power and dating violence perpetration by men and women. *Journal of Interpersonal Violence*, 19, 576-588.
- Khan, R. (1978). La violence et le développement socio-économique. *Revue Internationale de Sciences Sociales*, 4, 883-908.
- Koss, M. P., Giycz, C. A., & Wisniewski, N. (1987). The scope of rape: incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55, 162-170.
- Koss, M., Goodman, L., Browne, A., Fitzgerald, J. L., Keita, G., & Russo, N. (1994). *No safe haven: Male violence against women at home, at work and in the community*. Washington DC: American Psychological Association.
- Kravetz, D. (1978). Consciousness-raising groups in the 1970's 168-186. *Psychology of Women Quarterly*, 3(2), 168-186.
- Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2000). *Focus Group. A Practical Guide for Applied Research* (5<sup>ed.</sup>). California: Sage Publications.
- Lage, A. (2013). *Conexões Vicentinas. Particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentista*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Landes, J. (1988). *Women and the public sphere in the Age of the French Revolution*. Ithaca & London: Cornell University Press.
- Laqueur, T. (2003). *Making Sex, Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber. Manual de metodologia em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Lefebvre, G. (2005). *The French Revolution. From its origins to 1793* (translated Palmer R.R.). New Jersey: Princeton University Press.
- Lewis, S. F., & Fremouw, W. (2001). Dating violence: a critical review of the literature. *Clinical Psychology Review* 21(1), 105-127.
- Lisboa, M. (., Barroso, Z., & Leandro, J. (2009). *Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência contra as Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Igualdade de Género.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género.
- Lisboa, M., Carmo, I., Vicente, L., Nóvoa, A., Barroso, P., Silva, S., & Amâncio, S. (2006). *Prevenir ou Remediar: os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Colibri.

- Lisboa, M., Vicente, L., & Barroso, Z. (2005). *Saúde e Violência contra as Mulheres. Estudo sobre as relações existentes entre a Saúde das Mulheres e as várias dimensões de violência de que tenham sido vítimas*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Lisboa, M., Vicente, L., Carmo, I., & Nóvoa, A. (2003). *Os custos sociais e económicos da violência contra a mulher*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Luz, J. (2002). *Introdução à epistemologia. Conhecimento, Verdade e História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Machado, C., & Gonçalves, R. (2002). *Violência e vítimas de crimes (vol.1 - Adultos)*. Coimbra: Quarteto.
- Machado, D. A., & Araújo, M. (2004). Violência de género: quando o homem é a vítima. Em A. M.F., & O. C. Mattioli, *Género e violência* (pp. 37-52). São Paulo: Arte e Ciência.
- Machado, L. M. (2007). Considerações sobre o trabalho científico. Em L. M. Machado, G. Z. Maia, & A. C. Labegalini, *Pesquisa em educação: passo a passo*. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação.
- Magalhães, M. J. (2007). Agência feminista e das mulheres: Procurando o novo sujeito feminista? Em L. A., M. Tavares, T. Joaquim, & T. S. Almeida, *O Longo Caminho das Mulheres* (pp. 229-244). Lisboa: Dom Quixote.
- Magalhães, M. J., Pinto, H., & Tavares, M. (2003). Os Feminismos e a UMAR: uma reflexão a propósito de "aprofundar" a democracia no mundo da vida". Em C. Marques, C. Nogueira, M. J. Magalhães, & S. M. Silva, *Um olhar sobre os feminismos. Pensar a democracia no mundo da vida* (pp. 19-29). Porto: UMAR.
- Makepeace, J. (1981). Courtship violence among college students. *Family Relations*, 30, 90-102.
- Marciano, A. (2015). Contributo sobre a convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à Violência contra as mulheres e a violência doméstica (Istambul, 15-5-2011) e necessidade de adequação do quadro legislativo português. Em E. V. Ferreira, *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*. Lisboa: UMAR/Universidade Feminista.
- Marques, A. (2010). Género e Saúde: uma relação ainda oculta. Em M. Strey, C. Nogueira, & M. P. Azambuja, *Género e Saúde* (pp. 1-32. Coleção Género e Contemporaneidade, 6). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Marshal, L. (1999). Effects of men's subtle and overt psychological abuse on low-income women. *Violence and Victims*, 14, 69-88.

- Marshall, T. (1967). *Cidadania, Classe e Status*. Rio de Janeiro: Aahar Editores.
- Matos, M., Granjeira, H., Ferreira, C., & Azevedo, V. (2011). *Inquérito de vitimação por stalking. Relatório de Investigação*. Braga: CISP.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: teoria e prática* 8(1), 55-75.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro com adolescentes em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8,, 55-75.
- Mattingly, M., & Straus, M. (2008). *Violence Socialization and approval of violence: a world perspective on gender differences and american society of criminology*. Durham: Family Research Laboratory.
- May, T. (2014). *Emerging Trends in Continental Philosophy*. New York: Routledge.
- McCue, M. (2008). *Domestic Violence (2ªEd.)*. California: ab-clio.
- McLaren, M. (2002). *Feminism, Foucault, and embodied subjectivity*. Albany: State University of New York Press. Albany: State University of New York Press.
- Merton, R. (1987). The Focussed Interview and Focus Groups: Continuities and Discontinuities. *Public Opinion Quarterly*, 51(4), 550-566.
- Merton, R. K., & Kendall, P. L. (1946). The focused interview. *American Journal of Sociology*, 51,, 541-557.
- Mies, M. (1986). *Patriarchy and Accumulation on a World Scale. Women in the International Division of Labour*. London: Atlantic Highlands.
- Miller, M. (1999). *Feridas invisíveis. Abuso não físico contra mulheres*. São Paulo: Summus.
- Millett, K. (1996). *Política Sexual*. Madrid: Cátedra.
- Ministério da Administração Interna. (2015). *Violência Doméstica-2014. Relatório Anual de Monitorização*. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna.
- Mitchell, C., & Anglin, D. (2009). *Intimate Partners Violence*. Oxford: A health based perspective.
- Molidor, C., & Tolman, R. (1998). Gender and Contextual Factors in Adolescent Dating Violence. *Violence Against Women*, 4(2) , 180-194.
- Morgan, D. L. (1997). *Focus Groups as qualitative research (2ªed.)* . London: Sage Publications.
- Morgan, D. L., & Spanish, M. T. (1984). Focus groups: A new tool for qualitative research . *Qualitative Sociology*, 7, 253-270.

- Moura, L. (2012). Entre segredos, silêncios e medos: violências íntimo-afetivas. *Gestão e Saúde* 3(2), 759-772.
- Munõz, C. (2001). Genealogia de la vindicación Feminismos. Em E. Beltrán, V. Maquieira, S. Álvarez, & C. (. Sánchez, *Feminismos. Debates Teóricos Contemporâneos* (pp. 17-73). Madrid: Alianza Editorial.
- Muñoz-Rivas, M., Graña, J., O'Lear, J., & González, M. (2007). Physical and Psychological aggression in dating relationships in Spanish university students. *Psicothema*, 19(1), 102-107.
- Narciso, I., & Ribeiro, M. (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de ler.
- Nassi, A., & Abramowitz, S. I. (1978). Raising Consciousness About Women's Groups: Process and Outcome Research. *Psychology of Women Quarterly*, 3(2), 139-156.
- Neves, S. (2008). *Amor, poder e violências na intimidade: os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra: Quarteto.
- Nogueira, C. (2001). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Nunes, C. (2014). O conceito de movimento social em debate. Dos anos 60 até à atualidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 75, 131-147.
- O'Kelly, K. (2003). *Workers, Solidarity Movement*. [www.geocities.com/sufragistas/teorias\\_feministas.html](http://www.geocities.com/sufragistas/teorias_feministas.html).
- O'Leary, K. (1999). O'Leary (Psychological abuse: a variable deserving critical attention in domestic violence. *Violence and victims*, 14, 3-23.
- O'Leary, K., & Maiuru, R. (. (2011). *Psychological abuse in violent domestic relations*. New York: Springer Publishing Company.
- O'Leary, K., & Smith-Slep, A. (2003). A dyadic longitudinal model of adolescents dating aggression. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 32, 314-327.
- Offen, K. (1988). Defining Feminism: a comparative historical approach. *Chicago Journals. Signs* 14(1), 119-157.
- Oliveira, D. d., & Souza, L. (2006). Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 6, 2, 34-50.
- ONU - Organização das Nações Unidas. (2006). *Indepthdepth study on all forms of violence against women*. New York: acesso em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/8874883.html>>.
- ONU. (2006).
- Outram, D. (2001). *O Iluminismo*. Lisboa: Atividades Editoriais.



- Pais, E. (1996). Violência(s): Reflexões em torno de um conceito. *InterAcções, 4, Revista do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra*, 23-39.
- Pais, E. (1998). *Homicídio conjugal em Portugal: ruturas violentas da conjugalidade*. Lisboa: Hugin.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no Contexto do Relacionamento íntimo com o Companheiro: Definição, Prevalência, Causas e Efeitos. *Psicologia, Saúde e Doenças, 4(2)*, 165-184.
- Patrício, J. (2014). Violência contra as mulheres: processos e contextos de vitimação33-45 [colocado online no dia 10 de Novembro de 2014]. *Forum Sociológico, 25,, 33-45* .
- Peixoto, J., Matos, M., & Machado, C. (2013). Violência sexual no namoro: os atletas universitários como grupo de risco? . *Psicologia, 27(1)*, 133-156.
- Pérez, S. (2015). Violencia en parejas jóvenes. Estudio preliminar sobre su prevalencia y motivos. *Pedagogia Social. Revista Interuniversitaria, 25*, 251-275.
- Pinto, M. (2009). *Intimidade em adolescentes de diferentes grupos étnicos*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo intercultural.
- Pinto, R., & Grawitz, M. (1964). *Méthods des Sciences Sociales*. Paris: Dalloz.
- Prager, K. (1995). *The psychology of intimacy*. New York: The Guildford Press.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2014-2017). *V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (VPNI- 2014-2017)*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Puchta, C., & Potter, J. (2004). *Focus Group Practice*. London: Sage Publications.
- Puleo, A. (2005). El patriarcado, una organización social superada? . *Temas para el debate ,133*, 39-42.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramazanoglu, C., & Holland, J. (2002). *Feminist Methodology. Challenges and Choices*. London: Sage Publications.
- Reid, S. (2003). *Preventing Violence against women: a European perspective. Responses to violence in everyday life in democratic society*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Rennison, C. M., & Welchans, S. (2000). *Intimate partner violence*. Washington, DC: Bureau of Justice Statistics, U.S. Department of Justice.
- Renzetti, C., & Bergen, R. (. (2005). *Violence against women*. Maryland: Rowman & Littlefield.
- Ribeiro, A. (. (2013). *Representações da violência*. Coimbra: Edições Almedina.



- Ribeiro, A. (2013). A representação da violência e a violência da representação. Em A. Ribeiro, *Representações da violência*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rocha, C., & Ferreira, M. (2006). *As Mulheres e a Cidadania. As mulheres e o trabalho na esfera pública e na esfera doméstica*. Lisboa: Livros Horizontes.
- Roses, D. (2006). *I would say i am "dating" but that could mean a lot of different things. Dating in the U.S. as a dialogical relational process*. University of Iowa. Iowa: University of Iowa.
- Roubotham, S. (1992). *Women in Movement: Feminism and social action*. London: Routledge.
- Rowbotham, S. (1973). *A consciência da mulher, o mundo do homem*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Ruas, M., & Rabot, J. M. (2012). Desvios identitários do género: o imaginário e a subversão andrógino. Em Z. Pinto, & J. Fidalgo, *Sobre comunicações e culturas: I Jornadas de Doutoramento em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*. (pp. 211-223). Universidade do Minho: Centro de estudos de comunicação e sociedade. Comunicação e cultura.
- Rubio-Garay, F., Carrasco, P., & López-González, M. (2015). Factores asociados a la violencia en el noviazgo entre adolescentes: una revisión crítica. *Anuario de Psicología Jurídica*, 25, 47-56.
- Saavedra, R. (2010). *Prevenir antes de remediar: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis*. Escola de Psicologia. Universidade do Minho: Tese de Doutoramento em Psicologia. Especialidade de Psicologia da Justiça.
- Santos, B. S. (1988). *Um discurso sobre as ciências (2Ed.)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Scavone, L. (2003). *Dar a vida e cuidar da vida. Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Unesp.
- Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência?*. São Paulo: EDUSC.
- Schinkel, W. (2010). The definition of violence. Em W. Schinkel, *Aspects of violence: a critical theory* (pp. 16-44). New York: Palgrave macmillan.
- Schmittl, S., & Imbelloni, M. (2011). *Relações amorosas na sociedade contemporânea. Psicologia*. PsicologiaPT O portal dos psicólogos.
- Schouten, M. (2011). *Uma Sociologia do Género*. Famalicão: Edições Humus.
- Scott, J. (1998). *La citoyenne paradoxale: lês feministes francaises et lês droits de l`homme*. Paris: Editions Albin Michel S.A.

- Smith, D., & Donnelly, J. (2000). Adolescent Dating Violence. *Journal of Prevention e intervention in the community*, 21(1), 53-64.
- Smith, P. H., White, J. W., & Holand, L. J. (2003). A longitudinal perspective on dating violence among adolescent and college-age women. *American Journal of Public Health*, 93, 1104-1109.
- Stets, J. E. (1990). Verbal and physical aggression in marriage. *Journal of Marriage and the Family*, 52,, 501-514.
- Straus, M. A., & Sweet, S. (1992). Verbal/simboic aggression in couples: Incidence rates and relationships to personal characteristics. *Journal of Marriage and the Family*, 54,, 346-357.
- Straus, M. A., Aldrichi, T., Borochowitz, D. Y., Brownridge, D. A., Chan, E. L., Figueiredo, B., . . . Yodanis, C. L. (2002). Physical and sexual assault on dating partners by university students in nine countries. *Paper presented at the meeting of the European Society of Criminology*. Toledo, Spain.
- Straus, M., Hamby, , S., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. (1996). The revised conflict tactics scale (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of family issues*, 7, 283-316.
- Strey, M. (2004). Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. Em M. Strey, M. P. Azambuja, & F. P. Jaeger, *Violência, Gênero e Políticas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Sugarman, D., & Hotaling, G.T. (1989). Dating violence: Prevalence, context and risk markers. Em M. & Pirog - Good, *Violence in dating relationships* (pp. 3-32). New York: Praeger.
- Tavares, M. (2000). *Movimento de mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros horizonte.
- Templeton, J. F. (1987). *Focus Groups: a Guide for Marketing and Advertising Professionats*. Chicago: Probus.
- Teten, A., Ball, B., Valle, L., Nooman, R., & Rosenbluth, B. (2009). Considerations for the Definition, Measurement, Consequences and Prevention of Dating Violence victimization among adoloescents girls. *Journal of Women`s Health*, 18(7), 923-927.
- Tolman, R. (1989). The development of a mesure of psychological maltreatment of women by their male partners. *Violence anda Victims*, 4(3), 159-177.
- Touraine, A. (2006). *O Mundo das Mulheres*. Lisboa: Instituto Piaget.
- UN, U. N. (2014). *International Conference on Population and Development Programme of Action*. UNFPA.
- Vaughn, S., Schumm, J. S., & Sinagug, J. (1996). *Focus Group Interviews in Education and Psychology*. California: Sage Publications.

- Vieira, J. A., Bento, A. L., & Ormundo, J. S. (2010). *Discursos nas práticas sociais. Perspetivas em multimodalidade e em gramática Sistémica-funcional*. São Paulo: Annablume.
- Walby, S. (1990). *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.
- Walby, S. (1990). *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.
- Warr, D. J. (2005). "I was fun... but we don't usually talk about these things": Analyzing sociable interaction in focus group. *Qualitative Inquiry* 11(2), 200-225.
- Wayne, T. (. (2011). *Feminist Writings from Ancient Times to the Modern World: a global sourcebook and history (vol. I)*. Santa Barbara, California: Greenwood.
- Weedon, C. (1987). *Feminist practice and poststructuralist theory*. New York: Basil Blackwell.
- White, J., & Koss, M. (1991). Courtship violence: Incidence in a National Sample of Higher Education Students. *Violence and victims*, 6, 247-256.
- WHO. (s.d.). <http://www.who.int/>.
- WHO. (2002).
- WHO. (2013).
- Wilkison, S., & Kitzinger, C. (2008). Using conversation analysis in feminist and critical research. *Social and Personality Psychological*, 2(2), 555-573.
- World Health Organization . (2014). *Global Status Report on Violence Prevention*. United Nations Development: WHO Library Cataloguing.
- Yllo, K. (2005). Through a Feminist Lens. Gender, diversity and violence: extending the feminist framework. Em D. Losek, R. Gelles, & M. (. Cavanaugh, *Current controversies on family violence*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Yllo, K. (2005). Through a feminist lens. Gender, diversity and violence: extending the feminist . Em D. Loseke, R. Gelles, & M. (. Cavanaugh, *Current controversies on family violence*. Thousand Oaks: California: Sage Publications.
- Young, I. (1997). *Intersecting voices*. Princeton and New Jersey: Princeton University Press.
- Zahin, M. A., Brownstein, H., & Jackson, S. (2015). *Violence from theory to research*. New York: Routledge.

[www.apav.pt](http://www.apav.pt)  
[www.cdc.gov2014](http://www.cdc.gov2014)  
[www.who.int](http://www.who.int)  
[www.oecd.org2014](http://www.oecd.org2014)

